



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

MARCELO DIVINO RIBEIRO PEREIRA

**OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E O PROCESSO INDENIZATÓRIO DAS
COMUNIDADES RIBEIRINHAS ATINGIDAS PELA USINA HIDRELÉTRICA DE
ESTREITO – MARANHÃO**

PALMAS – TO
2013

MARCELO DIVINO RIBEIRO PEREIRA

**OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E O PROCESSO INDENIZATÓRIO DAS
COMUNIDADES RIBEIRINHAS ATINGIDAS PELA USINA HIDRELÉTRICA DE
ESTREITO – MARANHÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Dr. Antônio José Pedroso Neto.

PALMAS – TO
2013

MARCELO DIVINO RIBEIRO PEREIRA

OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E O PROCESSO INDENIZATÓRIO
DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS ATINGIDAS PELA USINA
HIDRELÉTRICA DE ESTREITO-MARANHÃO

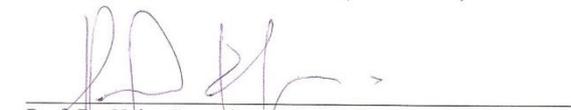
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
em Desenvolvimento Regional da
Universidade Federal do Tocantins para
obtenção do título de mestre.
Orientador: Prof. Dr. Antônio José Pedroso
Neto

Aprovado em 17/06/2013

BANCA EXAMINADORA:


Prof. Dr. Antônio José Pedroso Neto (Orientador)


Profa. Dra. Temis Gomes Parente (UFT/PGDR)


Prof. Dr. Heber Rogério Gracio(UFT)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da Universidade Federal do Tocantins
Campus Universitário de Palmas

- P436i Pereira, Marcelo Divino Ribeiro
 Os Impactos Socioeconômicos e o Processo Indenizatório das
 Comunidades Ribeirinhas Atingidas pela Usina Hidrelétrica de Estreito-
 Maranhão/ Marcelo Divino Ribeiro Pereira - Palmas, 2013.
 86f.
- Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Tocantins – UFT
 Mestrado em Desenvolvimento Regional - Campus de Palmas, 2013.
 Orientador: Dr°. Antônio José Pedroso Neto
1. Usina Hidrelétrica. 2. Impacto Socioeconômico . 3. Compensação
 Financeira. I. Neto, Antonio José Pedroso. II. Universidade Federal do
 Tocantins. III. Título.

CDD 320.12

Bibliotecário: Paulo Roberto M. de Almeida
CRB-2 / 1309

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

AGRADECIMENTO

A priori, agradeço a Deus pela saúde e a convicção de que tudo é possível quando nós acreditamos nele e em nossos sonhos.

Agradeço a minha esposa, Poliana Ramos dos Santos, pelo apoio e motivação neste momento de inteira dedicação aos estudos. Aos meus pais, Sabina Ribeiro de Oliveira, João Pereira de Oliveira (in memorian) e a José Pereira da Silva (padrasto), e, por extensão, aos meus irmãos, irmãs, sobrinhos e sobrinhas, pelo incentivo e por acreditarem que eu poderia chegar lá, por mais difícil que fosse esta caminhada.

A CAPES, pela bolsa de estudo que me foi concedida para dedicação a esta pesquisa. Ao meu professor e orientador, Dr. Antônio Pedroso José Neto, pela rica contribuição que me foi dispendida durante os dois anos de duração do mestrado com inúmeras sugestões, que foram cruciais para o meu amadurecimento intelectual em relação a essa pesquisa e a outras que irei desenvolver posteriormente.

Ao professor Dr. Waldecy Rodrigues, pela oportunidade de termos debatido bons e oportunos textos sobre desenvolvimento econômico. À professora Dra. Temis Gomes Parente, pelo diálogo com bons textos, de onde afloraram boas ideias.

Ao professor Dr. Jean Nascimento que, independente do contexto, é uma pessoa que transmite confiança e segurança em relação à vida universitária; à professora Dra. Mônica Aparecida, pela grande contribuição dada a essa dissertação, quando me possibilitou entrar em contato com seus textos sobre políticas públicas e métodos qualitativos de pesquisa. Ressalto também a grande contribuição da professora Dra. Bia, cujas aulas são inesquecíveis, mesmo sabendo que sua passagem no programa foi bastante efêmera.

A todos os colegas que conheci no programa, tanto da turma 2010 como da turma 2011, pois foi um grande “sofrimento” até a conclusão deste mestrado.

Agradeço, em especial, a Lorrane (que tantas caronas me deu); a Michele, por “sofrermos” juntos na turma de 2011; a Bárbara, por me esclarecer algumas dúvidas sobre o Geoprocessamento Terra View; ao Thiago gaúcho, plantador de soja em Buritirana, pela contribuição dada a esta pesquisa; ao mestre e doutorando Jorge Sánches, que considero um dos meus professores do programa, pois, por meio desse *el muchacho*, aprendi a usar a metodologia quantitativa (regressão múltipla), a qual será de grande importância para o desenvolvimento de pesquisas futuras; valeu *brother*! Esse é um conhecimento que vou levar por toda a minha vida.

A Wana e a Lethicia pela eficiência e eficácia no trabalho que prestam aos alunos do programa como secretárias. Valeu!

RESUMO

A construção dos grandes empreendimentos hidrelétricos no Brasil, desde o último quartel do século XX, está relacionada diretamente ao seu processo de industrialização que, a partir do aludido século, foi impactado pela crise petrolífera dos anos 70 do século passado, quando o governo resolveu investir em outras fontes energéticas alternativas, dentre elas, a implantação de usinas hidrelétricas de grande porte em praticamente todas as regiões brasileiras. Com a implantação dessas grandes centrais hidrelétricas nas regiões Sul e Nordeste, num primeiro momento, e a realização de estudos para o aproveitamento hidráulico de outras bacias hidrográficas localizadas principalmente na região Norte do Brasil, surge, também em escala regional, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), constituído por inúmeras comunidades ribeirinhas que foram desterritorializadas de seus modos de subsistências em função da construção dos empreendimentos hidrelétricos de grande porte. Descrever e analisar os impactos socioeconômicos do processo sociopolítico das compensações financeiras das comunidades ribeirinhas atingidas pela Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE), um dos grandes empreendimentos patrocinados pelo governo brasileiro, constitui o principal objetivo desta pesquisa. A usina hidrelétrica de Estreito, foco deste estudo de caso, está situada na cidade de Estreito, no Sul do Estado do Maranhão. A partir da aplicação de questionários para uma caracterização socioeconômica das comunidades atingidas, buscamos entender até que ponto suas representações sociais, políticas, econômicas e culturais podem ter influenciado no processo indenizatório. Através da interpretação dos dados, percebeu-se que a posição relativa dos indivíduos das comunidades analisadas, apoiada nos capitais acima mencionados, econômico, político, social e cultural, não influenciou nas compensações, considerando que o Consórcio Estreito Energia (CESTE) optou por uma compensação baseada no título fundiário da terra.

Palavras-Chave: Usina hidrelétrica. Impacto socioeconômico. Compensação financeira.

ABSTRACT

The construction of large hydroelectric projects in Brazil from the last quarter of the twentieth century is directly related to the process of industrialization, from the aforementioned century, will be impacted by the oil crisis of the 70s of last century, when the government decides to invest in alternative sources of energy and, among them, the implementation of large hydropower plants in virtually all regions of Brazil. With the implementation of these large hydroelectric power plants in the south and northeast, at first, and studies for the hydroelectric plants of other watersheds located mainly in the north of Brazil, appears also on a regional scale, the Movement of People Affected by Dams (MAB) consisting of numerous coastal communities that were dispossessed of their means of livelihood due to the construction of large hydroelectric projects. Describe and analyze the socioeconomic impacts the sociopolitical process of financial compensation of coastal communities affected by HPP Strait, one of the major projects sponsored by the Brazilian government is the main objective of this research. The hydroelectric plant Narrow focus of this case study is located in the city of Strait in the south of Maranhão. From the questionnaires for a socioeconomic characterization of the affected communities, we seek to understand the extent to which their representations social, political, economic and cultural might have influenced the compensation process. Through the interpretation of the data, it was noticed that the relative position of individuals in the communities analyzed, supported in capital economic, political, social and cultural, not influenced in compensation, whereas the Strait Energy Consortium (CESTE), opted for compensation-patrimonial territory.

Keywords: Hydroelectric power plants. Financial compensation. The affected communities.

LISTA DE SIGLAS

ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ABEMA	Associação dos Barqueiros do Maranhão
BID	Banco Internacional de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico
CMB	Comissão Mundial de Barragem
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CESTE	Consórcio Estreito Energia
EIA	Estudo de Impactos Ambientais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MQO	Mínimos Quadrados Ordinários
PIB	Produto Interno Bruto
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PV	Partido Verde
PT	Partido dos Trabalhadores
ONG	Organização Não Governamental
RIMA	Relatório de Impactos sobre o Meio Ambiente
SE	Sociologia Econômica
UHE	Usina Hidrelétrica de Eletricidade

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Potência hídrica em percentual das regiões brasileiras.....	21
Figura 2- Distribuição da bacia hidrográfica Tocantins/Araguaia por alguns estados brasileiros.....	30
Figura 3 - Caracterizando e situando a área de estudo do Estreito, Maranhão.....	47
Figura 4-Nível de dependência do rio para a realização das atividades dos moradores localizados próximos da UHE.....	56
Figura 5- Principais atividades de subsistência desenvolvidas pelas famílias atingidas antes da construção da usina.....	56
Figura 6- Principais atividades de subsistência desenvolvidas pelas famílias atingidas após a construção da usina.....	57
Figura 7- Relação do nível educacional e tipo de atividade dos atingidos.....	59
Figura 8- Extinção de antiga hidrovia flúvio-semanal pelo rio Tocantins.....	60
Figura 9 -Variação percentual da renda familiar média das famílias após a construção da UHE de Estreito, segundo tipo de atividade de subsistência.....	63
Figura 10- Relação da renda familiar e nível de escolaridade dos atingidos.....	64
Figura 11- Circulação da economia local antes da construção da usina hidrelétrica de Estreito.....	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Caracterização socioeconômica dos impactados.....	54
Tabela 2- Composição da amostra quanto à satisfação de compensação recebida em função da construção da UHE.....	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número total de populações atingidas pela usina hidrelétrica de Estreito.....	26
Quadro 2 - Número de pessoas/famílias que foram atingidas pela construção das usinas hidrelétricas de Tucuruí, Lajeado e Estreito.....	31
Quadro 3 - Cronograma de instalação e operacionalização da usina de Estreito.....	48
Quadro 4 - Descrição segundo as propriedades de alguns atingidos pela UHE de Estreito e sua respectiva indenização.....	66

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I – A GUIA DE ALGUMAS DISCUSSÕES DOS EFEITOS SOCIOECONÔMICOS DA CONSTRUÇÃO DE UHE NO BRASIL.....	20
CAPÍTULO II – REGIONALIZAÇÃO DOS EFEITOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E AMBIENTAIS DE HIDRELÉTRICAS NO RIO TOCANTINS.....	30
2.1 A Questão hidroenergética e a problemática socioambiental no Brasil.....	37
2.2 Bases teórico-metodológicas.....	39
CAPÍTULO III – OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E A CONSTRUÇÃO SOCIOPOLÍTICA DAS INDENIZAÇÕES DAS COMUNIDADES ATINGIDAS PELA UHE DE ESTREITO, MARANHÃO.....	45
3.1 A eleição da área de estudo.....	45
3.2 Caracterização geográfica da cidade de Estreito.....	46
3.3 Contextualização geográfica da usina hidrelétrica de Estreito na região do médio Tocantins.....	47
3.4 Discussão dos resultados.....	48
3.5 As Comunidades e os impactos socioeconômicos.....	53
3.6 As Comunidades atingidas pela hidrelétrica de Estreito e o processo indenizatório.....	64
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS.....	74
ANEXO A - Concentração da atividade industrial brasileira em escala regional Sul-Sudeste-1970.....	78
ANEXO B - Principais bacias hidrográficas brasileiras até o ano 2000.....	79
ANEXO C - Realização de atividades primárias nas margens do rio Tocantins antes da construção da barragem de estreito.....	80
ANEXO D - Praias do pé da ponte JK e ilha do Cabral onde os barraqueiros desenvolviam suas atividades econômicas antes da construção da usina.....	81
ANEXO E- Mortandade de peixes no rio Tocantins após a inauguração da primeira turbina.....	82
ANEXO F- Produtos comercializados no mercado municipal de estreito, antes da construção da barragem, cultivados nas margens do rio Tocantins.....	83
ANEXO G- Casas rústicas dos vazanteiros e pescadores localizadas em áreas de risco nas proximidades da usina de Estreito.....	84
ANEXO H- Questionário.....	85

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo analisar os impactos socioeconômicos e o processo sociopolítico das indenizações das comunidades de pescadores, barraqueiros, barqueiros, vazanteiros, agricultores e comerciantes locais atingidos pela Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE), construída num trecho do médio Tocantins, no Estado do Maranhão.

A presente análise de levantamento de dados para esta investigação ocorreu entre os períodos de 2011 a 2012 na cidade de Estreito, onde se localiza a usina de mesmo nome, que se justifica em função da mesma estar situada em um dos “vãos” estreitos do rio Tocantins, entre as cidades de Aguiarnópolis (TO) e Estreito (MA).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o desenvolvimento socioeconômico de Estreito pode ser dividido em duas fases distintas no tempo e no espaço: (i) a primeira está relacionada ao rio Tocantins como um importante meio de articulação e/ou integração social, econômica e cultural entre as comunidades estreitenses, que foram territorializando-se ao longo do rio com outras comunidades localizadas no Norte e Nordeste brasileiro; (ii) a segunda via de desenvolvimento da cidade de Estreito está relacionada à construção, ainda na segunda metade do século XX, da rodovia Belém-Brasília, ligando os estados de Tocantins, Maranhão, Pará e outros, possibilitando, pelo menos para as cidades situadas ao longo desta rodovia federal, um crescimento econômico considerável e centralizador.

Outros projetos de grande escala construídos por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) – que trouxeram impactos para a cidade de Estreito – foram a implantação da ferrovia Norte-Sul, que cortou a cidade no sentido latitudinal, e, por último, a construção da usina hidrelétrica de Estreito, que submergiu, através de seu lago de 650km², parte dos territórios dos municípios de Tocantins e Maranhão.

A usina hidrelétrica de Estreito começou a ser implantada em 2007. Teve uma de suas oito turbinas acionada em 2010, ainda no governo do presidente Lula. Em 2012, já na gestão da presidenta Dilma Rousseff, foi inaugurada a oitava e última turbina da usina hidrelétrica de Estreito (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2010).

A opção pela construção de grandes projetos infraestruturais como uma das medidas viáveis ao processo de desenvolvimento do Brasil faz parte, como se verificou por meio deste estudo de caso, de várias propostas desenvolvimentistas empreendidas, pelo menos para fins de análise mais recente da história brasileira, das aspirações de governos como o de Getúlio Vargas (1930-1945; 1951-1954), Juscelino Kubitschek (1955-1960) e dos próprios militares

(1964-1985), quando cada um dos governantes, a seu modo, influenciados pelas elites nacionais e internacionais, buscaram desenvolver o Brasil via industrialização.

Diante de um crescimento econômico-industrial apresentado de maneira mais nítida e expressiva, a partir dos anos 1970 do século passado, e ao mesmo tempo ameaçado de continuar se desenvolvendo em virtude da crise petrolífera mundial, o Brasil se vê forçado a pluralizar sua matriz energética, optando pela construção dos empreendimentos hidrelétricos de grande porte. Nesta perspectiva, “opta-se por embasar o desenvolvimento industrial do país na megaeletricidade, aproveitando o potencial da grande quantidade de rios existentes para construção de barragens”, conforme explica Benincá (2011, p.30).

Ao fazer jus à construção dos grandes empreendimentos hidrelétricos como uma das alternativas viáveis para manter o desenvolvimento de sua economia, o Brasil optou pela desconstrução de uma estrutura social mantida em torno de uma economia agroexportadora, para construir um novo modelo econômico brasileiro, a economia industrial (CANO, 1985).

Com uma industrialização consolidada em escala regional, como menciona Cano (1985, p.79), entre outros, o país reclamava de seus governantes investimentos pesadíssimos na criação e na ampliação de infraestrutura básica, pois, para tal contexto socioeconômico, “[...] a produção de energia elétrica, por exemplo, não conseguia atender à demanda básica do Rio de Janeiro e São Paulo” (SKIDMORE, 1976, p.31).

À medida que o Brasil avança na construção das grandes usinas hidrelétricas para dar suporte ao seu novo modelo de economia, emerge, também regionalmente, as primeiras comunidades ribeirinhas atingidas pela consolidação desse setor elétrico. Os primeiros movimentos sociais de comunidades ribeirinhas atingidas por barragens surgiram nas regiões Sul, Norte e Nordeste do Brasil, em função da construção das primeiras centrais elétricas de grande porte. Desde seu surgimento, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), gestado nos anos 1970 do século XX, nasce constituído por um núcleo social heterogêneo de comunidades ribeirinhas de pescadores, barraqueiros, barqueiros, agricultores, indígenas, enfim, grupos que, de uma forma ou de outra, foram atingidos de modo social, econômico, cultural, ambiental e territorialmente pela implantação das grandes obras hidráulicas de engenharia (BENINCÁ, 2011).

Mesmo sendo diferentes em relação a sua formação e constituição, os atingidos pelas hidrelétricas aspiram um só objetivo: receber uma indenização que possibilite suas subsistências em outros lugares para onde geralmente são realocados compulsoriamente. Um dos entraves que se observa em relação aos atingidos por barragem, no que diz respeito às compensações recebidas por perdas materiais, de acordo com Câmara (2013), é a grande

dificuldade encontrada, tanto por parte das empresas responsáveis pela construção dos empreendimentos, como dos órgãos públicos responsáveis pelo licenciamento de construção das usinas, em não saber conceituar adequadamente quem de fato é atingido e merecedor de uma provável indenização e quem não é, mesmo tendo seus modos de sobrevivência desestruturados em decorrência da implantação de algum empreendimento hidroenergético.

Em virtude desta nova conjuntura socioeconômica, política e estrutural que o Brasil atravessava, entre os países que mais crescia economicamente por meio de seu processo industrial, a solução encontrada a médio e longo prazo para continuar mantendo sua economia sólida e aquecida em termos energéticos foi a priorização do aproveitamento hídrico de suas bacias hidrográficas feita a partir da implantação das grandes usinas hidrelétricas que, historicamente, tem seus antecedentes, num primeiro momento, ainda no século XIX, como afirma Benincá (2011), quando se deu o processo de construção das primeiras usinas hidrelétricas nos municípios de Diamantina e Juiz de Fora, em Minas Gerais, objetivando, respectivamente, a exploração de diamantes e a iluminação pública.

A edificação desses grandes empreendimentos hidráulicos foi acompanhada por um longo e arduo processo de desterritorialização de pescadores, barqueiros, extrativistas, barraqueiros, agricultores, vazanteiros, entre outros, que, ao formarem comunidades ribeirinhas ao longo de várias décadas baseadas num estreito relacionamento com os grandes rios, foram sendo gradualmente realocadas compulsoriamente mediante uma indenização, em alguns casos, para os mais diferentes lugares.

Desta forma, este modelo permanece em consonância com a política de desenvolvimento almejada desde a época dos militares (1964-1985), que visavam, entre outros pressupostos, analisar a viabilidade técnica, econômica e social da exploração hidráulica das bacias hidrográficas¹, principalmente da região Norte do país, no processo de expansão e fortalecimento da matriz energética brasileira.

Assim, como parte de uma política de estruturação (diversificada) da matriz energética do país, planejada desde a segunda metade do século XX, o projeto de construção da usina hidrelétrica de Estreito no rio Tocantins deixa de ser uma mera aspiração governamental para se tornar, a partir de 2007, um dos maiores empreendimentos hidroenergéticos patrocinado pelo Governo Federal (REPÓRTER BRASIL,2013).

¹Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bacia hidrográfica é um conjunto de terra banhado por um rio principal e seus afluentes. No caso da bacia Tocantins-Araguaia, o rio Tocantins é o principal e o Araguaia é o seu afluente majoritário.

No geral, observa-se em relação à construção dos grandes projetos infraestruturais (construção e pavimentação de rodovias interestaduais, construção de linhas férreas, portos, aeroportos e a implantação dos projetos de barramentos) que todos eles ou a sua grande maioria são financiados pelo próprio Governo Federal, no momento que “O Estado passou a operar como um agente financiador da construção de hidrelétricas, apoiando e subsidiando grandes empresas através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)”, conforme assinala Benincá (2011, p.31).

Como parte desta proposta desenvolvimentista do governo brasileiro, ao formar um lago de 650km², a usina de Estreito desestruturou social e economicamente 2.167 a 5.000 mil famílias, segundo o Consórcio Estreito Energia (CESTE), e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que dependiam direta e indiretamente das atividades de subsistência realizadas no rio Tocantins. Embora não havendo concordância entre a empresa construtora da usina e o Movimento dos Atingidos por Barragens em relação ao número de comunidades ribeirinhas atingidas pela construção de tal empreendimento hidrelétrico, sabe-se que o não reconhecimento de algumas comunidades como não atingidas implica, também, no não pagamento de indenização por danos materiais provocados pela implantação de tal projeto hídrico.

Diante do exposto, o problema que norteia esta investigação fundamenta-se no seguinte pressuposto: Até que ponto os trunfos sociais, políticos, econômicos e culturais das comunidades ribeirinhas impactadas social e economicamente pela usina hidrelétrica de Estreito podem ter influenciado no processo indenizatório?

Para o sociólogo Bourdieu (2000), a posição de um agente numa dada sociedade é determinada e/ou definida em função do capital político, social, cultural e, principalmente, econômico. É justamente a complexidade desses capitais que define a colocação ou distribuição privilegiada dos indivíduos na sociedade, pois, a partir deles, determinam-se os laços fracos ou fortes que os agentes estabelecem entre si para se darem bem no contexto em que estão inseridos, visto que, nessa lógica capitalista, prevalece o ímpeto do mais forte.

Para que o objetivo delineado nesta pesquisa pudesse ser alcançado, priorizamos: à aplicação de questionários estruturados e semiestruturados junto às comunidades atingidas pela usina hidrelétrica de Estreito; o universo de análise desta investigação é constituído por sujeitos pertencentes a cinco comunidades, a saber, pescadores, barqueiros, agricultores, barraqueiros e comerciantes; desta forma procurou-se ouvir tanto os líderes como os não líderes atingidos pelo empreendimento hidrelétrico e aqueles pertencentes a algumas das comunidades acima mencionadas. Mesmo não analisando as populações indígenas,

reconhecemos e fazemos menção a elas por meio de alguns trabalhos de Lamontagne (2010), Sieben (2012) e Castro (2009), cujo foco de análise em termos homogeneizadores pode ser caracterizado nos inúmeros impactos socioambientais ocasionados pela construção da usina de Estreito às populações indígenas.

Conforme argumenta Duarte (2002, p.3),

[...] a definição de critérios segundo os quais serão selecionados os sujeitos que vão compor o universo de investigação é algo primordial, pois interfere diretamente na qualidade das informações a partir das quais será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delineado.

O contato social com a comunidade através do trabalho de campo é crucial, quando se busca o entendimento de um dado problema ouvindo os indivíduos que o experimentam cotidianamente, pois, por meio de suas falas, anseios e vivências, pode-se entender mais claramente as reais dimensões, no caso dos atingidos por obras hidrelétricas, dos prejuízos socioeconômicos, culturais e ambientais que tiveram em função da construção desses grandes projetos de engenharia.

Desse modo, a presente pesquisa foi precedida pela aplicação de questionários estruturados e semiestruturados seguida da análise de alguns documentos, como Carta de Moção de Pesar cedida pela líder dos barraqueiros de Estreito (MA) e Aguiarnópolis (TO), demonstrando a indignação desta comunidade em relação aos prejuízos sociais e econômicos que tais indivíduos tiveram em função da construção da barragem. Também tivemos acesso a algumas das Ações Cíveis Públicas fornecidas pelo Ministério Público Federal do Tocantins, sobre os atingidos pela usina hidrelétrica de Estreito.

Como parte dessa metodologia, também fizemos uso de um caderno de campo², o qual nos possibilitou uma maior obtenção de informações sobre as comunidades ribeirinhas impactadas pelo empreendimento de Estreito. A partir dessa abordagem, buscamos compreender de maneira mais ampla os tipos de conflitos que as comunidades sofreram e o critério utilizado pela empresa construtora da usina, o Consórcio Estreito Energia (CESTE), na hora do processo indenizatório.

Assim, foi possível traçar o perfil das comunidades ribeirinhas atingidas pela usina hidrelétrica de Estreito e, principalmente, entender o processo sociopolítico das indenizações realizadas pelo consórcio responsável pela edificada UHE no trecho do médio Tocantins.

² As anotações em um caderno de campo, nesta investigação, serviram como um tipo de agenda extra. Na medida em que os questionários eram aplicados, também eram feitas algumas anotações expressas pelos indivíduos sobre os tipos e a profundidade dos impactos que tiveram em detrimento da implantação da usina hidrelétrica de Estreito.

Na construção das bases teórico-metodológicas desta investigação, priorizamos, entre outros autores: as discussões de Bourdieu (2000) acerca das representações sociais, políticas, culturais e principalmente econômicas dos agentes na definição de suas posições relativas ao contexto em que estão inseridos; de Granovetter (2007), para quem os agentes tomam suas decisões sociopolíticas levando em consideração toda uma estrutura social; bem como a perspectiva de Abramovay (2004), um tanto semelhante às adotadas anteriormente por Bourdieu e Granovetter, de como as interações sociais regem os mercados e os definem, analisando-o também como algo que é regido através das interações socialmente estabelecidas entre os mais diferentes agentes que o constitui; de Thompson (1998) e sua análise do mercado inglês do século XVIII, frisando sobre a força dos movimentos sociopolíticos dos motins da fome, que caracterizava a Inglaterra daquele período, deixando claro em sua análise a grande força política de mobilização social desses grupos toda vez que a privação ou escassez a algum gênero alimentício básico batia a suas portas por causa da ação inescrupulosa de algum comerciante, atravessador, produtor ou mesmo pela inércia por parte do estado paternalista em relação a essas questões.

Sendo assim, esta dissertação foi organizada da seguinte maneira: No capítulo I, apresentamos algumas discussões acerca da construção de usinas hidrelétricas no Brasil, com destaque para alguns temas relacionados aos impactos sociais, econômicos, ambientais e culturais que as grandes barragens têm gerado às comunidades ribeirinhas que vivem ou viviam em função de atividades de subsistência desenvolvidas nas proximidades dos grandes rios. No capítulo II, abordamos questões referentes à regionalização e os efeitos sociopolíticos, econômicos e ambientais sentidos por comunidades ribeirinhas do rio Tocantins, em virtude da territorialização das usinas hidrelétricas de Tucuruí, Lajeado e Estreito. Também aludimos sobre a fundamentação teórica e as principais teorias que reforçam a importância das relações e das representações econômicas, políticas e culturais entre os atores sociais, na definição da posição relativa que cada indivíduo ou grupo ocupa no contexto social em que estão imersos.

No capítulo III, apresentamos os resultados e as discussões acerca dos impactos socioeconômicos e do processo da construção sociopolítica das compensações financeiras das comunidades atingidas pela usina de Estreito. Por último, nas considerações finais, realizamos uma síntese de todo o trabalho desenvolvido, compreendendo as conclusões e dados que apontam para futuras investigações sobre o tema.

CAPÍTULO I - A GUIA DE ALGUMAS DISCUSSÕES DOS EFEITOS SOCIOECONÔMICOS DA CONSTRUÇÃO DE UHE NO BRASIL

O Brasil, como um dos países de dimensões continentais com área de mais 8 milhões de quilômetros quadrados, e uma grande disponibilidade de bacias hidrográficas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Anexo B), tem despertado o interesse econômico dos governos, desde a segunda metade século XIX, no que diz respeito à motivação para o investimento e reinvestimento no setor elétrico com aproveitamento de grandes rios para a geração de hidroeletricidade para as mais diferentes regiões brasileiras.

Ao priorizar o aproveitamento hidrográfico de suas bacias na geração e distribuição de energia elétrica, e isso com mais nitidez a partir de 1970, quando seu processo de industrialização o exigia de maneira mais acentuada, o Brasil passa a diversificar sua matriz energética em nome do progresso e do desenvolvimento econômico, visto que, para continuar mantendo o seu grau de desenvolvimento, era necessário a descoberta de novas fontes energéticas viáveis e sustentáveis do ponto de vista socioeconômico.

As décadas de 1970 e 1980 do século XX, no Brasil, foram caracterizadas pela corrida aos estudos de viabilidade técnica de algumas bacias hidrográficas, localizadas basicamente em todas as regiões brasileiras, e também pela implantação de grandes obras hídricas, cujo objetivo máximo era manter o ritmo de crescimento de sua economia, já que, no momento áureo em que o país se encontrava, sua posição era uma das mais privilegiadas em termos de América do Sul e Latina, conforme salienta Skidmore (1976, p. 31) e outros autores:

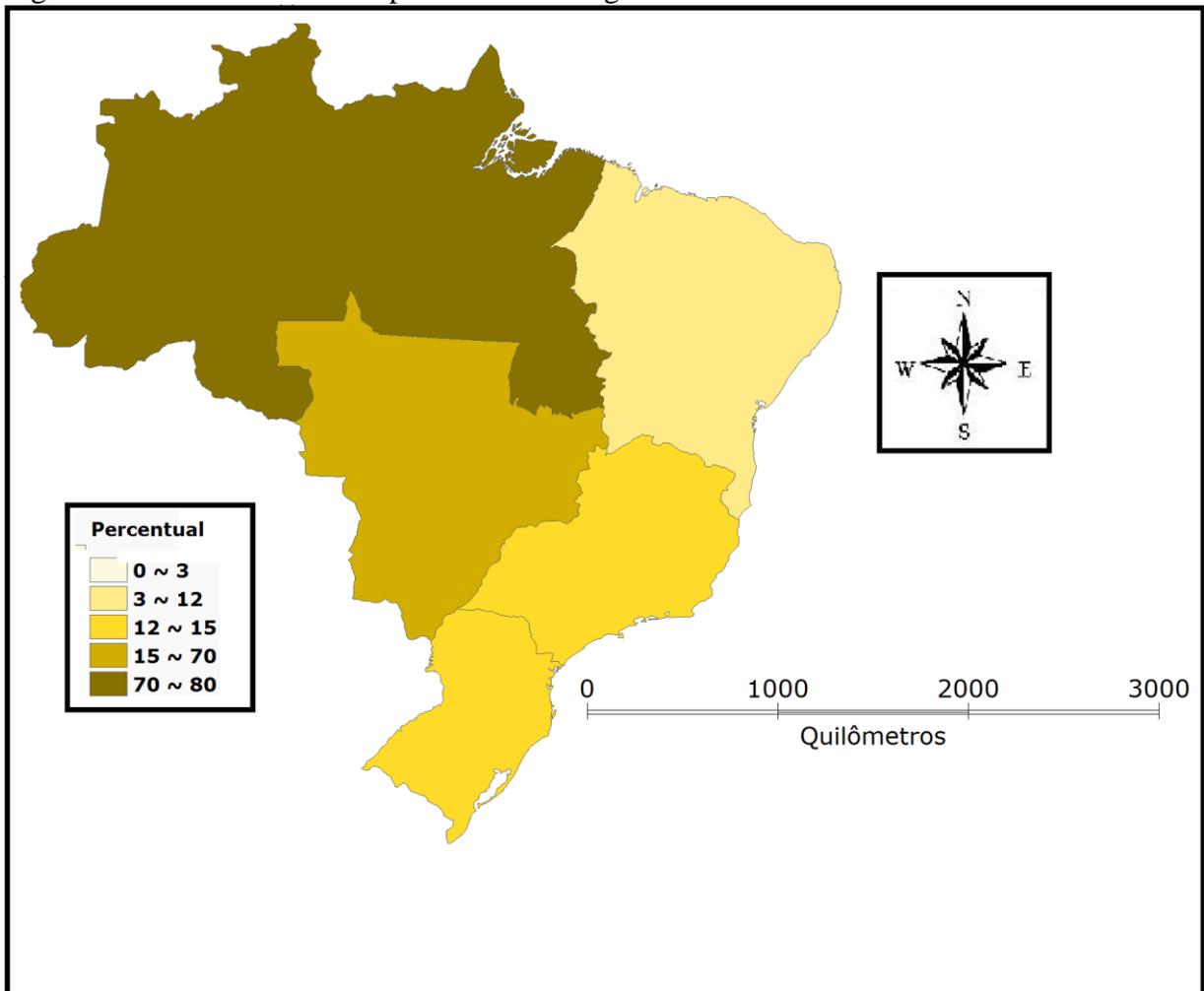
Desde 1940 o PIB brasileiro crescia a 6 por cento ao ano, algo que poucos países do Terceiro Mundo podiam igualar. Tanto os brasileiros como os observadores estrangeiros, notando a abundância de recursos de quase todo o tipo, previam brilhantes futuro para o maior país da América Latina. Mas a continuação do desenvolvimento não seria fácil porque a infraestrutura básica era deploravelmente inadequada.

Para dar suporte ao seu modelo de desenvolvimento econômico, o Brasil passou a priorizar a implantação de grandes usinas hidrelétricas como a Itaipu binacional, instalada na região Sul do país através de parcerias firmadas entre os governos do Brasil e do Paraguai, nos anos de 1970 a 1980, no rio Paraná, cujas dimensões dos impactos ambientais, econômicos e principalmente sociais, até o momento, não puderam ser totalmente precisados, ficando em torno de mais ou menos 40.000 o número de pessoas, conforme Matiello (2005), que foram desalojadas compulsoriamente em virtude da construção deste empreendimento.

Como uma medida preventiva para continuar estimulando e favorecendo o desenvolvimento econômico e tecnológico do Brasil, o governo resolveu, além de construir Itaipu, investir em estudos que pudessem trazer à tona a possibilidade de exploração de outras bacias hidrográficas brasileiras, priorizando as localizadas nas regiões Norte e Nordeste em função da grande quantidade de rios correntes e caudalosos encontrados nestas partes do país, até então esquecidas de investimento de envergadura no ramo energético.

Aludindo à tamanha potencialidade hídrica dos estados brasileiros agrupados por regiões federativas, no que concerne à exploração de suas bacias hidrográficas, Zitzke (2007) expõe, conforme representado na figura 1a seguir, a importância percentual de cada região no cenário brasileiro, no qual o Norte explicitamente tende a se sobrepor.

Figura 1- Potência hídrica em percentual das regiões brasileiras.



Fonte: Zitzke. Adaptado.

A implantação desses grandes projetos de barramentos, erguidos praticamente em todas as regiões do Brasil para dar suporte econômico e estrutural ao desenvolvimento regional

brasileiro, trouxe consigo uma série de problemas de ordem política, social, econômica e ambiental às comunidades ribeirinhas que dependiam diretamente dos grandes rios para suas sobrevivências.

Com a construção de barragens, constata-se paradoxos sociais e ambientais. Em nome do desenvolvimento, inúmeras famílias são atingidas e prejudicadas largamente, muitas vezes nem podendo usufruir dos benefícios da energia gerada nos locais de onde foram expulsas. Cumpre observar que os rios, a fauna e a flora não são meros elementos do bioma, mas possuem ligações profundas com a cultura e a tradição dos atingidos. (BENINCÁ 2011, p. 53).

No caso da construção da usina hidrelétrica de Sobradinho, implantada no rio São Francisco, na região do Nordeste brasileiro, conforme afirmam Zitzke (2007) e Benincá (2011), os prejuízos sociais, econômicos, ambientais e culturais foram responsáveis pelo deslocamento compulsório de mais de 60.000 pessoas que dependiam do rio São Francisco para o desenvolvimento de suas atividades de subsistências e, por causa desta obra, tiveram que reorientar e reorganizar seus modos de sobrevivência em outros lugares.

Diante das perdas irreparáveis que as comunidades do vale do São Francisco tiveram, motivadas pela territorialização da usina de Sobradinho, observa-se uma melhor articulação sociopolítica dos atingidos por tal empreendimento, quando comparado com as comunidades ribeirinhas atingidas pela hidrelétrica de Itaipu, no Sul do Brasil, pois, nesta perspectiva, “contrariamente ao que havia acontecido no sul do país, não se constituiu aqui uma forma de organização específica dos atingidos, mas uma articulação intersindical para levar adiante a luta.” (BENINCÁ, 2011, p.84).

Nesse sentido, observa-se que a consciência sociopolítica dos atingidos por barragens, no que diz respeito à reivindicação de seus direitos materiais comprometidos pela construção dos empreendimentos hidrelétricos, mais do que um reconhecimento por parte das empresas responsáveis pela implantação de tais obras, resulta de uma construção social desencadeada pelas próprias comunidades que, em questão de meses ou anos, viram suas estruturas sócio-política-econômica e cultural desestruturadas em função da construção de algum empreendimento hídrico de envergadura.

Para o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB, 2012), as comunidades atingidas pelos efeitos de construção de hidrelétricas não são contrárias à implantação das usinas, mas rejeitam a forma de como as empresas responsáveis por suas edificações apropriam-se do território e as desalojam, não reconhecendo seus direitos

materiais que, na maioria das vezes, são afogados com a conformação do reservatório das grandes centrais hidrelétricas.

A lógica do grande capital do setor elétrico, que parece ter estacionado no tempo e no espaço no que diz respeito à apropriação de um território para a exploração hídrica, é justamente a que consiste em realocar as comunidades situadas nas áreas sujeitas a submersão por enchimento do reservatório para lugares cada vez mais distantes de suas origens, à beira do rio, como se esses grupos de atingidos pela implantação das usinas hidrelétricas fossem objetos inanimados, a-históricos e a-culturais e, por conseguinte, não mantivessem nenhum tipo de vínculo com seus antigos territórios hídricos. Assim, segundo Silva e Silva (2011, p.2):

São, portanto, empreendimentos que visam à apropriação e a reprodução do espaço sob a lógica economicista e exploratória de recursos naturais desconsiderando as populações que vivem e possuem algum vínculo material e imaterial com o lugar que sofrerá a ação deste.

Para dar lugar aos empreendimentos hidrelétricos de barramentos, o grande capital precisa desmontar verdadeiras estruturas sociais constituídas por comunidades ribeirinhas cujos interesses e percepções do leito do rio, que será interrompido com a implantação da usina, de imediato, entram em contradição com os interesses e concepções acerca da utilização de tal curso d' água com as chamadas Sociedades por Ações, como o Consórcio Estreito Energia, por exemplo, pois o vínculo com a região de Estreito que passa a sofrer a influência da hidrelétrica e se consagra num tipo exclusivo de exploração sociopolítica de sua potencialidade hídrica.

Deste modo, a transição do território de subsistência das comunidades ribeirinhas para o do grande capital se faz de maneira conflituosa entre as partes envolvidas. Esses territórios, que antes da chegada do empreendimento eram controlados basicamente por tais comunidades, formavam uma estrutural social específica e quase endêmica de comunidades que sobreviviam das múltiplas atividades socioeconômicas desenvolvidas às margens do rio.

Nessa perspectiva, conforme Bourdieu (2005), todo campo econômico ou arena é constituído por agentes que se conflituam, dialogam e estabelecem relações, pois fazem parte de uma estrutura sociopolítica cuja capacidade de se dar bem nesse jogo de interesse dependerá dos laços sociais consagrados nos capitais econômicos, políticos e culturais que os indivíduos possuem.

Quando um empreendimento do ramo energético se instala em uma determinada região geográfica, seu objetivo historicamente tem sido empreender o aproveitamento hídrico daquele local, não se importando, na maioria das vezes, com os impactos sociais de ordem negativa que os projetos de grande porte têm gerado às comunidades ribeirinhas. Assim, nessa perspectiva, argumenta Zitzke (2007, p.93):

A construção dos reservatórios, no Brasil, tem obedecido, ao longo do tempo, às decisões de ordem técnico-econômica isoladas de apenas um único setor desconsiderando as demais formas de utilização da água no local do empreendimento, fato que tem provocado muitos conflitos. A especificidade de uma usina hidrelétrica exige uma abordagem multissetorial desde a sua concepção, planejamento, operação e manutenção, tendo em vista sua influência social, política, econômica e ambiental considerando seu poder de atrair novos investimentos para uma determinada região.

Na visão desenvolvimentista, para se territorializar numa dada região potencialmente propícia ao aproveitamento hidrelétrico, as empresas responsáveis pela construção dos empreendimentos de envergadura precisam desfazer das estruturas sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais das comunidades tradicionais, que até então sobreviviam das relações que mantinham com um determinado rio, o qual, nesse jogo de interesses divergentes, passa a entrar numa fase de impactação com a montagem da infraestrutura do projeto. Quando o capital impõe-se à região hídrico-geográfica com o propósito de explorar sua riqueza natural, entra em choque interesses múltiplos das comunidades ribeirinhas que lutam por seus direitos materiais comprometidos com a implantação da usina. O grande capital, por meio do estado capitalista, procura se impor a qualquer custo a todos os indivíduos que passam a ser vistos como obstáculos a serem removidos para o projeto se territorializar. Assim, conforme Sevá Filho (2008, p.5).

Os cidadãos prejudicados, e os patrimônios naturais e construídos que serão destruídos pelas obras, são vistos, nos estudos e pareceres guiados pela razão hidrelétrica cega, como “interferências” em suas obras. O fato de existirem pessoas com posses e direitos, trabalhando na área, a serem respeitadas, e patrimônios a serem defendidos, é estigmatizado como um entrave.

Nessa mesma concepção, para a Comissão Mundial de Atingidos por Barragens (COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS, 2000), os efeitos nefastos que os grandes empreendimentos hidráulicos vêm provocando na vida de milhões de pessoas todos os anos, e em todo mundo, são imensuráveis e desumanos, se for considerado que as empresas

responsáveis pelo empreendimento excluem do processo indenizatório grande parte dos ribeirinhos impactados pela construção das usinas de grande porte. Para esta Comissão:

- (A) Entre 40 e 80 milhões de pessoas foram fisicamente deslocadas por barragens em todo o mundo;
- (B) milhões de pessoas que vivem a jusante de barragens—particularmente aquelas que dependem das funções naturais das planícies aluviais e da pesca—também sofreram graves prejuízos em seus meios de subsistência, e a produtividade futura dos recursos foi colocada em risco;
- (C) muitas pessoas deslocadas não foram reconhecidas (ou cadastradas), reassentadas e tão pouco indenizadas;
- (D) nos casos em que houve indenização, esta quase sempre se mostrou inadequada; e nos casos em que as pessoas deslocadas foram devidamente cadastradas, muitas deixaram de ser incluídas nos programas de reassentamento;
- (E) aquelas que foram reassentadas raramente tiveram seus meios de subsistência restaurados, pois os programas de reassentamento em geral concentram-se na mudança física, excluindo a recuperação econômica e social dos deslocados;
- (F) quanto maior a magnitude do deslocamento, menor a probabilidade de que os meios de subsistência das populações afetadas possam ser restaurados;
- (G) mesmo nos anos 1990, em muitos casos, os impactos sobre os meios de subsistência a jusante não foram adequadamente avaliados ou considerados no planejamento e projeto de grandes barragens (COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS, 2000, p. 20-21).

O que fica notório neste documento produzido e discutido pela Comissão Mundial de Atingidos por Barragens, no que concerne às comunidades ribeirinhas atingidas pelas grandes hidrelétricas, é justamente um tipo único e irrisório de compensação financeira, quando acontece, que é destinada a um pequeno grupo de pessoas densamente prejudicadas com a implantação dos projetos hidrelétricos de grande desenvoltura física e espacial.

Assim, o território de subsistência das comunidades ribeirinhas, com suas culturas, histórias, crenças e valores, deixa de existir a partir do processo de territorialização do empreendimento hidrelétrico de médio e grande porte, cujo vínculo com a região impactada pela conformação do lago da usina se consagra num tipo de exploração única e exclusiva do leito do rio que será drasticamente modificado com a implantação da usina. Para Zitzke (2007), essa tendência de implantação de grandes usinas hidrelétricas, levando em consideração somente o aspecto de ordem técnico-econômico, o que representa o setor capitalista do ramo energético, é que tem sido responsável por uma série de conflitos em que

as UHE têm se territorializado. Ao analisar esses conflitos sociais e econômicos gerados pela construção da usina de Estreito às comunidades acima apontadas, Melo e Chaves (2012, p. 5-6) constataam que:

A construção da UHE de Estreito-MA vem gerando inúmeras discussões e conseqüentemente conflitos perante a sociedade impactada, pois são inúmeras pessoas que vivem na região de seu entorno. Esta sociedade mantém uma estreita relação com o rio, principalmente na manutenção de sua alimentação baseada na pesca e, sobretudo, em suas vazantes onde se produz uma agricultura de subsistência necessária para a manutenção de sua família.

Desta forma, considerando a magnitude socioespacial do impacto da UHE de Estreito, sua territorialização se fez mediante a desterritorialização compulsória de comunidades tanto da zona rural como da zona urbana que, de uma forma ou de outra, mantinham um contato direto³ e/ou indireto⁴ com o rio Tocantins. Para Chaves (2009), o rural e o urbano atingido pela represa apresentam valores parecidos, como se buscou demonstrar no quadro a seguir.

Quadro 1 – número total de população atingida pela usina hidrelétrica de Estreito

Populações afetadas pela usina hidrelétrica de Estreito	
Urbana	Rural
1.148	1.019

Fonte: Chaves

Após o Consórcio Estreito Energia (CESTE) – constituído pelas empresas Suez Energia Internacional, Vale do Rio Doce, Alcoa e Camargo Corrêa – vencer a licitação para a construção da UHE de Estreito, o próximo passo, dentro desta proposta desenvolvimentista, foi a “realização dos trabalhos do EIA/RIMA que tiveram início ainda no ano de 2001”, conforme analisado no Relatório de Impacto Ambiental (2002, p.1). A região estreitense, comprometida pela conformação do lago da usina hidrelétrica, densamente habitada por comunidades indígenas, pescadores, barraqueiros, barqueiros, extrativistas, agricultores, fazendeiros, além de outras, na sua grande maioria, quase todas elas passaram por dramas psicológicos e sociais advindos da maneira de como os técnicos responsáveis pelo estudo se impuseram a tais indivíduos. A agricultora Maria Natividade, residente na cidade de Estreito, salienta bem este drama:

³ Para os propósitos desta pesquisa, chamamos de impacto direto aqueles que afetam diretamente as comunidades que sobrevivem de atividades primárias e terciárias desenvolvidas no leito ou nas margens do rio Tocantins.

⁴Os impactos indiretos, para o nosso objetivo, são aqueles que afetam de maneira indireta às comunidades ou grupo de indivíduos como os pequenos comerciantes do mercado municipal da cidade de Estreito que, antes da conformação do lago da usina, compravam seus produtos basicamente dos vazanteiros, agricultores, chacareiros, pescadores, entre outros, que constituem o grupo dos impactados diretamente pela usina hidrelétrica de Estreito.

Quando foi para ocorrer o pagamento de indenização pelos danos que tivemos, os técnicos da empresa disseram que o valor pelos nossos bens seria tanto, e pronto, quem quisesse recorrer poderia, só que não ia adiantar nada, se a gente não aceitasse o dinheiro que estavam nos pagando, eles voltariam aqui com os policiais e tirariam a gente à força⁵

Em consonância com essa agricultora atingida pela usina de Estreito, no que concerne à maneira como se deu o processo desapropriatório, o Ministério Público Federal/TO impetrou uma Ação Civil Pública⁶ contra o CESTE, alegando que o mesmo havia imposto “aos moradores da Ilha de São José e do PA Formosa a verdadeiras humilhações, no que diz respeito à dignidade da pessoa humana, forçando-os a mudarem antes da conclusão do projeto de assentamento”.

Como a região atingida pelo empreendimento hidrelétrico de Estreito provocou a desestruturação do modo de sobrevivência de mais de 2.000 mil famílias, segundo o Relatório de Impacto Ambiental (2002) da usina, cujo modo de existência estava estritamente relacionado com o rio Tocantins, isso, conseqüentemente, levou a uma série de conflitos entre o Consórcio Estreito Energia (CESTE), empresa construtora da usina, e as comunidades de pescadores, barraqueiros, barqueiros, vazanteiros, extrativistas, agricultores, entre outras, que mantinham uma relação direta com o rio em questão e que, desde a instalação dos primeiros canteiros de obras de tal empreendimento, fato ocorrido em 2007, vem lutando por algum tipo de indenização financeira por causa dos prejuízos sociais e econômicos que tiveram.

Os empreendedores da usina hidrelétrica de Estreito utilizaram uma indenização território-patrimonialista (mais detalhes no capítulo três desta pesquisa) na hora do pagamento das comunidades atingidas pela usina, e, como parte desse processo, a compensação pelas perdas socioeconômicas ocorreu proporcionalmente ao tipo de impacto, ao vínculo estabelecido com o local atingido e as dimensões dos impactos que as propriedades sofreram em função da conformação do reservatório. Baseado nesses três mecanismos: o tipo de impacto, vínculo com o lugar e a dimensão do impacto, o Consórcio Estreito Energia definiu a maneira de como ocorreria sua política indenizatória das comunidades impactadas.

No caso específico dessa usina hidrelétrica, pode-se definir uma indenização baseada no território que foi impactado, por isso chamada de território-patrimonialista, subdividida em quatro outros tipos de indenizações. Conforme dados da CNEC Engenharia S.A do ano de 2001 (CASTRO, 2009, p.71-74):

⁵ Anotação de relato oral feita no caderno de campo em 22 de novembro de 2012.

⁶ Documento cedido pelo Ministério Público Federal do Tocantins.

(a) Indenização assistida será a alternativa para as famílias não proprietárias (ocupantes com ou sem permissão) inseridas em imóveis sem remanescentes viáveis. Esse procedimento consiste em pagar as famílias pelas benfeitorias por elas instaladas no imóvel e oferecer-lhes um sistema de apoio para sua reintegração domiciliar e produtiva em outros lugares;

(b) Reabilitação de Remanescentes é a alternativa que consiste em evitar o deslocamento compulsório das famílias que possuem lotes parcialmente afogados e que apresentem remanescentes viáveis à permanência produtiva das mesmas ou em condições superiores àquelas vigentes antes da afetação dos imóveis;

(c) Reassentamento para Projetos Periurbanos consiste em implantar projetos de reassentamento na periferia de centros urbanos próximos da área de origem das famílias residentes em imóveis inviabilizados que possuam relações de trabalho ou emprego nas cidades com atividades agrícolas realizadas nos lotes rurais;

(d) Reassentamento para Projetos Rurais serão implantados com o intuito de desenvolver projetos agropecuários de pequeno porte para reassentamento de famílias rurais impactadas.

O resultado da pesquisa de Castro (2009) sobre “os critérios socioambientais de reposição de perdas e realocação para atingidos por barragens”, desenvolvida sobre a comunidade de Palmatuba, povoado de Babaçulândia, deixou claro os impactos sofridos por esta região, resultando no processo de desfazimento das atividades econômicas que os palmatubenses desenvolviam por meios de contatos diretos no o rio Tocantins ou indiretamente em suas proximidades através de uma agricultura de vazante, extrativista e de subsistência. Em sua conclusão Castro (2009, p. 19) relembra que “não há preço no cotidiano, nas tradições e na perda do ambiente vivido”.

Pesquisas como as de Chaves (2009), Castro (2009), Gomes (2007) entre outros também mencionados ao longo desta investigação, são unânimes em confirmarem os efeitos negativos que a opção pela construção de grandes usinas hidrelétricas tem gerado as inúmeras comunidades ribeirinhas dependentes de relações estabelecidas com os rios de grandes volumes de águas, como o Tocantins, que desde pelo menos a segunda metade do século passado vem passando por grandes transformações advindas dos inúmeros barramentos que a construção de usinas hidrelétricas exige na sua implantação e operacionalização.

Em última instância, os efeitos destes empreendimentos de envergadura na vida de milhares de comunidades que são impactadas praticamente todos os anos no Brasil é somente uma das facetas das inúmeras injustiças que o setor elétrico vem provocando no processo de

desalojamento das populações ribeirinhas de cuja sobrevivência está diretamente relacionada às múltiplas atividades primárias desenvolvidas nas margens dos grandes rios. Em virtude disso, os impactos que sofrem decorrentes desses projetos de engenharia, são proporcionais ao tipo de atividade que cada indivíduo realiza e o vínculo que mantem com o rio, se permanente ou temporário, nas proximidades e/ou no próprio rio receptivo.

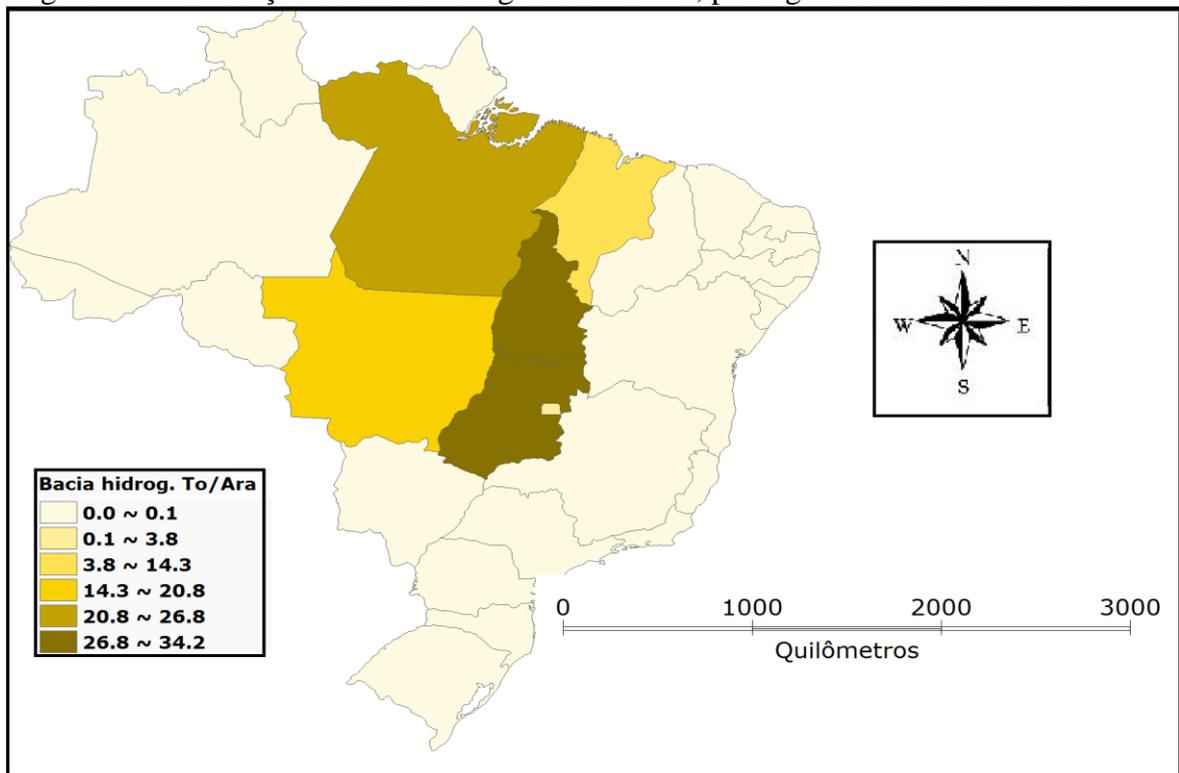
O que o capítulo três dessa pesquisa deixa claro, tendo como estudo particular a usina de Estreito, é que a territorialização das grandes usinas não afeta somente o quadro físico-ambiental das comunidades ribeirinhas, mas, ao contrário, termina comprometendo toda uma estrutura socialmente construída nas proximidades do rio Tocantins, interferindo, também, no nível de bem-estar das comunidades atingidas diretamente pela construção da hidrelétrica de Estreito.

No capítulo dois a seguir, buscamos regionalizar os impactos socioeconômicos que alguns empreendimentos hidrelétricos de grande porte implantados no rio Tocantins tenderam a ocasionar as comunidades ribeirinhas que dependiam de tal curso d' água para sobreviverem através das inúmeras atividades econômicas que desenvolviam as margens do rio Tocantins.

CAPÍTULO II – REGIONALIZAÇÃO DOS EFEITOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E AMBIENTAIS DE HIDRELÉTRICAS NO RIO TOCANTINS

A região hidrográfica do Tocantins-Araguaia possui uma área de 918.822 km², o que equivale a 11% do território nacional, abrangendo os estados federados de Tocantins, Pará, Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal, como mostra a figura 2. A configuração dessa bacia hidrográfica é alongada no sentido Norte-sul, seguindo a direção predominante dos cursos de água principais. Os rios Tocantins e Araguaia unem-se na parte setentrional da região, denominado rio Tocantins, o qual segue seu curso até desaguar na Baía da Ilha de Marajó no Estado do Pará.

Figura 2 - Distribuição da bacia hidrográfica TO/Ara, por alguns estados brasileiros.



Fonte: Agência Nacional de Água, 2013. Adaptado.

Nesta região banhada pelo rio Tocantins e Araguaia estão presentes os biomas Floresta Amazônica, ao Norte e Noroeste, e Cerrado nas demais áreas. O desmatamento da região intensificou-se a partir da década de 1970, com a construção da rodovia Belém-Brasília, da hidrelétrica de Tucuruí e da expansão das atividades agropecuárias e de mineração.

Em 2010 cerca de 8,6 milhões de pessoas viviam na região hidrográfica Tocantins-Araguaia, o que corresponde a 4,5% da população nacional, sendo 76% em áreas urbanas. A

densidade demográfica era de 9,3hab./km², bem menor que a do país (22,4hab./km²) (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2013).

À medida que o Brasil avançava na implantação de suas primeiras grandes usinas hidrelétricas nas regiões Sul, Norte e Sudeste, de início, seguia-se a todo custo o estudo de viabilidade técnica e econômica para uma provável exploração da bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia, estudos estes que, na perspectiva de Chaves (2009, p. 108):

Salientava-se a grande disposição de recursos hídricos contidos na bacia Tocantins-Araguaia (Norte do país), não esquecendo que esse tipo de planejamento desenvolvimentista de aproveitamento hídrico dessa bacia teve seu início ainda na década de 1970 através dos governos militares, pois desde esse período tem-se notícia da construção do projeto da UHE de Estreito. Para isso, a Eletrobrás mapeou cada bacia da região amazônica a fim de determinar quais seriam as prováveis áreas para a construção de empreendimentos hidrelétricos.

Com a territorialização desses grandes empreendimentos hidrelétricos, seguida pelo estudo para a construção de outros, em praticamente todas as regiões do país, observa-se, paralelamente a esses acontecimentos, a formação de uma grande massa constituída por comunidades ribeirinhas gradualmente (des)territorializadas de seus modos de sobrevivência junto aos grandes rios, em função da implantação de tais políticas energéticas setoriais.

Para ter uma ideia da dimensão dos impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais produzidos pelas grandes centrais elétricas na vida de milhares de famílias, só nas três maiores usinas hidrelétricas em operação no Norte do Brasil, Tucuruí, Lajeado e Estreito, os prejuízos ocasionados aos ribeirinhos são praticamente incalculáveis, dado que eram famílias que geralmente estavam bem estruturadas nas margens do rio Tocantins, o principal da bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia, como demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 2 - número de pessoas/famílias que foram atingidas pela construção das usinas hidrelétricas de Tucuruí, Lajeado e Estreito.

Empreendimentos hidroenergéticos	Estados	Números de Famílias e/ou pessoas atingidas
Tucuruí	Pará	40.000 pessoas
Lajeado	Tocantins	4.130 pessoas
Estreito	Tocantins e Maranhão	5.910 pessoas

Fonte: Matiello e Castro. Adaptado.

As consequências causadas às comunidades impactadas diretamente pela construção de políticas energéticas setoriais de grande escala tendem a ser, no presente milênio, incalculáveis do ponto de vista social e econômico para quem sofre os efeitos negativos produzidos em detrimento da implantação de obras geradoras de hidroeletricidade. Ao analisar os efeitos gerados por esses empreendimentos na vida de inúmeras comunidades ribeirinhas, Vainer (1996, p.184) constata que:

Quase sempre são realizados em regiões periféricas, eles têm imposto às populações das áreas onde se implantam rápidas e profundas alterações nos meios e modos de vida: deslocamento compulsório de milhares ou dezenas de milhares de pessoas, desestruturação das atividades econômicas e dos mercados de trabalho e de terras, ruptura das teias de relações sociais, afluxos de populações que pressionam as já precárias redes de infraestrutura e serviços, mudanças na qualidade da água, no curso e regime dos rios com graves consequências tanto para as condições sanitárias quanto para as atividades econômicas (pesca, agricultura de vazante).

Após a implantação dos três maiores empreendimentos hidrelétricos em operação no Norte do Brasil (Quadro 2), um grande número de comunidades ribeirinhas classificadas de pescador, agricultor, barqueiro, barraqueiro, dentre outras, conheceram de perto as agruras dos impactos sociais, ambientais e econômicos em seus modos de subsistência. Deslocados compulsoriamente para os mais diferentes locais, com características totalmente desiguais quando comparadas às margens dos rios, essas comunidades ribeirinhas ainda lidam com a grande chance de não se adaptarem em tais ambientes.

Embora não fazendo parte das comunidades ribeirinhas analisadas nesta investigação, considerando que precisaríamos de um tempo bem maior para um possível levantamento etnográfico dos impactos sofridos, como foi feito por alguns estudos consultados, não podemos negar que a construção da usina de Estreito produziu profundas mudanças na estrutura intergrupala, social, cultural, ambiental e econômica das populações indígenas situadas na região impactada com a conformação do lago da represa. Segundo a agência nacional Repórter Brasil: “Os quatro povos indígenas que estão à margem do rio: Krahô e Apinajé, no estado do Tocantins, e Gavião e Krikati, no Maranhão, são contra a barragem e se consideram impactados. Nenhum deles foi incluído nos estudos de impacto” (REPÓRTER BRASIL, 2013).

Os efeitos produzidos localmente pela construção de tal empreendimento refletem os impactos socioambientais gerados nas populações indígenas, conforme análise de Almeida (2007), e afetam os diferentes atores sociais envolvidos com a implantação do empreendimento em questão, pois os mesmos percebem o processo de licenciamento

ambiental da usina hidrelétrica. Para a realização de seus estudos, Almeida (2007) considerou as visões e as interações conflituosas do processo de licenciamento ambiental entre seis atores socialmente imbricados com a construção da UHE de Estreito, são eles:

- IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, cuja atuação se deu através da emissão das licenças para a construção e operacionalização da usina, considerando que se trata de um empreendimento que abrange mais de dois estados da federação;

- FUNAI, Fundação Nacional do Índio, criada com o objetivo de dar apoio às populações indígenas e, também, como argumenta Almeida (2007, p. 26), “gerir o patrimônio indígena, no sentido de sua conservação, ampliação e valorização; promover levantamentos, análises, estudos e pesquisas científicas sobre o índio e os grupos sociais indígenas, entre outros objetivos;

- CTI, Centro de Trabalho Indígena, trata-se de uma Organização Não Governamental (ONG), criada com a finalidade de apoiar os grupos indígenas. Na definição de Almeida (2007, p. 33), “é firmado com objetivo de reduzir a dependência das comunidades indígenas em relação ao Estado e a outras agências assistenciais, de forma que as mesmas assumam o controle de todas e quaisquer intervenções em seus territórios”;

- CESTE, Consórcio Estreito Energia, uma empresa do ramo energético constituída por empresas multinacionais a fim de explorar a potência geradora hídrica da usina hidrelétrica de Estreito, no rio Tocantins, mas situada no Estado do Maranhão;

- MPF- Ministério Público Federal (2011, p. 2), cuja atuação no que concerne à implantação de usina hidrelétrica de envergadura, empreendimento potencialmente impactante do meio ambiente, centra-se, entre outras atribuições, em “[...] defender e proteger o meio ambiente, nele compreendido todos os seus aspectos”;

Por fim, o sexto grupo de agentes que Almeida (2007) dá ênfase em seu estudo diz respeito às populações indígenas Apinajé, Gavião, Krahô e Krikati, pois, para essa pesquisadora, esses quatro grupos indígenas, que constituem em sua somatória um dos atores sociais impactados pela hidrelétrica de Estreito, tornaram-se o foco de sua investigação dissertativa.

O que fica evidente na pesquisa de Almeida (2007) é justamente a análise integral, interacionista, e politicamente visível entre os agentes sociais impactados pelo empreendimento hidrelétrico de Estreito, com suas concepções totalmente diferenciadas acerca do aproveitamento do rio Tocantins como recurso natural de uso múltiplo, e não somente para o aproveitamento hídrico como defende o CESTE e o Estado, os dois agentes politicamente mais bem equiparados na região de Estreito.

Outro trabalho que faz menção ao impacto do processo de licenciamento ambiental da usina de Estreito, com foco no conflito socioambiental⁷, interétnico⁸ e multicultural⁹, é a pesquisa desenvolvida por Lamontagne (2010), na qual a pesquisadora se debruça para entender como o Estado, na condição de agente promotor do desenvolvimento econômico, problematiza e internaliza a questão do impacto socioambiental vivido pelos atores sociais, que o experimentaram a partir da construção do empreendimento hidrelétrico de Estreito.

Para Lamontagne (2010), na região afetada pela implantação da usina hidrelétrica de Estreito, o Estado capitalista, como agente social responsável pelo processo de crescimento e/ou desenvolvimento econômico, tem dupla finalidade ou ação, ou seja, primeiro precisa estimular o desenvolvimento da economia através da implantação dos grandes projetos infraestruturais (usina hidrelétrica, duplicação ou construção de rodovias de integração nacional etc.), abrindo um leque de oportunidade para o setor privado investir; e, segundo, precisa dar assistência às populações que sofrerão os impactos negativos provenientes da construção de tais políticas públicas de grande porte.

Sieben (2012) tenta compreender a atuação do Estado e da política energética da usina hidrelétrica de Estreito no processo de desterritorialização da comunidade de Palmatuba, vista até então como um bairro ou extensão da cidade de Babaçulândia, localizada no estado do Tocantins. Como extensão da cidade de Babaçulândia, mas com características peculiares, Palmatuba mantinha-se do extrativismo da argila, do coco babaçu (*orbignyamartiana*), de pequenas plantações e criações, da pesca e do artesanato, na margem esquerda do rio Tocantins.

Nessa pesquisa, o processo de territorialização do empreendimento hidrelétrico de Estreito, uma das fases mais bem acabadas do atual capitalismo do setor energético, ao se consolidar no extremo Norte do estado do Tocantins, gerou, por extensão, outro processo, a desterritorialização da comunidade de Palmatuba, que, como qualquer outra comunidade localizada nas mais diferentes cidades, foi impactada pela construção de tal política pública energética. As comunidades sentiram de perto os mais diferentes tipos de impactos negativos que uma UHE pode gerar. Assim, “a comunidade de Palmatuba se desfez, por isso, a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre a vida dessas pessoas, no intuito de

⁷ Neste caso, trata-se de conflitos sobre a percepção de interesse múltiplo de como se deve explorar um determinado recurso natural, seja esse hídrico, mineral, vegetal, enfim.

⁸ Resumidamente, a pesquisa de Lamontagne (2010, p. 26) refere-se a um tipo de fricção interétnica. Para um melhor esclarecimento, confira o estudo do referido autor.

⁹ Para Lamontagner (2010), este termo surge entre cidadãos de diferentes identidades culturais, muitas vezes fundamentadas na etnia, na raça, no sexo ou na religião.

compreender como se deu o processo de adaptação às novas situações enfrentadas” (SIEBEN, 2012, p.16).

Ao desestruturar milhares de comunidades ribeirinhas que dependiam diretamente do rio Tocantins para suas sobrevivências, uma coisa não fugiu à regra: é que não se trata, quando acontece, de uma mera indenização por danos meramente econômicos, porque está em jogo toda uma estrutura sociopolítica resultante de um longo e estreito relacionamento com o rio, pois, como se observa, a subsistência das várias comunidades ribeirinhas depende de todas as atividades econômicas, culturais, sociais e ambientais mantidas às suas margens.

Corroborando com esta visão, Silva e Silva (2011, p. 2b) observa que:

Muitas vezes são populações que já mais saíram de seus lugares e que possuem uma relação histórica com esses territórios que ocupam, sendo eles o palco de suas manifestações culturais, sociais e de trabalho onde nem sempre impera a lógica do capital industrial-financeiro do mundo contemporâneo.

Parece não haver uma compreensão, por parte das empresas construtoras de obras hidráulicas no rio Tocantins, pois, não se trata simplesmente de, mediante uma indenização financeira, querer acoplar todos os prejuízos que a implantação das grandes hidrelétricas tem provocado nas mais variadas comunidades, já que o deslocamento compulsório, ao qual estão submetidas, por mais “justo” que possa ser, tem sido responsável por um quadro de perda de identidade cultural, social e principalmente econômica de um número sempre crescente de famílias inteiras, que são vítimas da implantação dos empreendimentos hídricos de envergadura.

Quando se refere ao processo de como as empresas constroem as barragens e apropriam-se de um território já habitado por inúmeras comunidades para a implantação de seus projetos, e como essas comunidades foram se armando político e socialmente ao longo do processo de construção de grandes hidrelétricas, para enfrentarem as próprias empresas, se possível for, na luta pelo reconhecimento de seus direitos compensatórios por todos os danos que a usina pode gerar, Wadman (2002, p. 79) explica que,

Em todos os casos, estiveram presentes o autoritarismo e o desrespeito ao meio ambiente. O drama vivido pelas populações atingidas, um amplo leque que engloba nações indígenas, trabalhadores rurais, ribeirinhos e diversas outras populações tradicionais, encontrou sua expressão política em movimentos sociais que passaram a enfrentar diretamente os projetos hidrelétricos do Estado brasileiro, expressando o repúdio por uma política de geração de energia que ameaça os mais legítimos interesses das populações envolvidas.

Com a redemocratização política brasileira após 1980, observa-se que as comunidades ribeirinhas atingidas pela implantação das grandes centrais elétricas encontram forças para lutarem contra o próprio processo de expropriação compulsória caracterizador dos anos 1970 do século XX, quando o país era governado pelos militares. Aludindo a essa nova fase brasileira e à força sociopolítica que as comunidades ribeirinhas atingidas pelas hidrelétricas foram construindo ao longo desse processo, culminando no Brasil democrático dos anos de 1980, Vainer (1996, p. 185) esclarece:

O I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens e o I Congresso Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, realizados em Brasília respectivamente em abril de 1989 e maio de 1991, expressam o avanço desses movimentos e a constituição de um sujeito político que passa a intervir de maneira cada vez mais expressiva no processo de decisão e execução das políticas do setor elétrico.

A conscientização política das comunidades que sofrem os impactos diretos da construção das usinas hidrelétricas, e isso como resultado de uma construção sociopolítica de seus integrantes, por meio do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), através da ala progressista da Igreja Católica, conforme afirma Foschiera (2010), foram os principais mecanismos responsáveis pela formação política desses novos sujeitos na arena reivindicatória do cenário brasileiro, principalmente com o retorno da democracia no país.

De Norte a Sul, e de Leste a Oeste do Brasil, ao formarem movimentos sociopolíticos como uma alternativa de exercer pressão sobre as empresas construtoras das hidrelétricas, o principal objetivo dessas comunidades atingidas tem sido fazer com que esses empreendimentos reconheçam seus direitos sociais, econômicos e ambientais comprometidos com a execução da hidrelétrica e, a partir dessas observações, realizarem uma indenização que inclua todas as comunidades atingidas, e não somente as portadoras de título fundiário.

No caso da hidrelétrica de Estreito, foco desta pesquisa, desde a elaboração do Estudo de Impactos Ambientais (EIA) e do próprio Relatório de Impactos Ambientais (RIMA, 2002), já se observava uma série de problemas relacionados às áreas sujeitas à inundação e, conseqüentemente, a uma possível indenização. Ou seja, num primeiro momento, a cota estipulada pelo estudo foi de 158m, o que excluía, de uma provável indenização, alguns municípios tocantinenses situados abaixo de tal cota; posteriormente essa cota foi alterada e mantida em 156m, o que reduziu 10,8% da área que seria submergida. Conforme aponta o estudo “[...] isso equivaleu um corte na capacidade de geração de aproximadamente 70 km²

ficando a usina estimada de 1.050 MW” (RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL, 2002, p.9).

Ao se constituírem como atores politicamente organizados em torno de objetivos comuns, as comunidades atingidas pelas grandes hidrelétricas passaram a considerar e a defender o seu meio ambiente sujeito aos impactos provocados pelas usinas, como parte de suas reivindicações sociais, econômicas e culturais, como se buscou analisar nesta próxima seção.

2.1 A questão hidroenergética e a problemática socioambiental no Brasil

O Brasil dos anos 1960 e 1970 foi caracterizado por uma série de movimentos sociais contestatórios da ordem estabelecida, movimentos estes que reivindicavam, ainda que minorias e em segmentos marginalizados, uma sociedade mais liberal, justa e sustentável. Tratava-se, na verdade, de “movimentos com feições autônomas, tais como os das mulheres, dos negros, ecológicos” etc. (GONÇALVES, 2006, p.11).

Em relação ao movimento socioambiental, buscando dar uma resposta satisfatória às reivindicações das comunidades ribeirinhas, que eram atingidas pela construção das grandes usinas e começavam a perceber a importância de seus meios de subsistências, neste contexto, não somente do ponto de vista econômico, mas, principalmente, socioambiental, o governo brasileiro, representado pelo Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica, passa a exigir, para a construção de novas UHE, o Estudo de Impactos Ambientais seguido do Relatório de Impactos Ambientais (EIA/RIMA), respectivamente, como bem salientam Scarlato e Pontin (1999).

De um lado o governo brasileiro era pressionado pelo movimento ecológico a ter que rever sua política desenvolvimentista baseada essencialmente na exploração exaustiva dos recursos florestais, minerais e hídricos e, de outro lado, o governo era orientado a acatar algumas determinações de organismos internacionais no que também dizia respeito ao meio ambiente, caso desejasse continuar sendo favorecido pelas políticas de aquisição de empréstimos externos, como explica Vainer (1996), ao se referir a uma série de movimentos sociais de base contestatória, com destaque para o ecológico, pois,

Ao mesmo tempo em que se defrontava com a emergência desses movimentos, o Setor Elétrico sofria pressões advindas tanto de movimentos ecológicos quanto das agências financeiras multinacionais (BID, Banco Mundial) que começam a impor requisitos quanto à questão ambiental para a concessão de créditos. (VAINER, 1996, p.185b).

Em meio a esta conjuntura sociopolítica, sacudida em termos contestatórios por vários movimentos sociais, surgem alguns partidos políticos como o Partido dos Trabalhadores (PT), e principalmente o Partido Verde (PV), como um tipo de resposta e ao mesmo tempo apoio político e organizacional aos grupos marginalizados e excluídos social e ambientalmente da política desenvolvimentista adotada até então, conforme mencionam, entre outros, Benincá (2011) e Ridenti (1992).

Obviamente os movimentos de contestação que surgem no Brasil, nos anos 1970, só encontram bases sólidas para se consolidarem a partir dos anos 1980 do século XX, quando é retomado o regime democrático de governo seguido da promulgação da Constituição Federal de 1988. Esta Constituição, diferente das anteriores, no seu artigo 225, estabelece limites claros e precisos acerca do papel do poder público e da coletividade nas questões que dizem respeito aos cuidados dispendidos ao meio ambiente, que passa a ser tratado como bem comum de todos, que são responsáveis por defendê-lo e preservá-lo para as presentes e as futuras gerações.

Respaldado na Constituição Federal de 1988, tanto os movimentos sociais, como as Organizações Não Governamentais (ONGs), as entidades públicas e privadas e os meios de comunicação de massa, têm encontrado pleno apoio legal depois da promulgação desta última Constituição para lutarem em prol da proteção ao meio ambiente em todos os seus aspectos, inclusive, em prol das comunidades ribeirinhas que são atingidas social e espacialmente com a implantação de grandes usinas hidrelétricas. Nesta mesma linha de argumentação, “os movimentos sociais passam a possuir uma nova roupagem, indo além das relações de trabalho, que anteriormente eram visadas, para questões diversas como defesa ao meio ambiente, entre outros”, como atesta Melo e Chaves (2012, p. 3-4).

A regionalização dos grandes empreendimentos hidrelétricos na bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia trouxe consigo uma série de impactos socioeconômicos para as comunidades ribeirinhas, que há décadas viviam às margens do rio Tocantins. Para expropriar tais comunidades que ficaram inclusas na cota sujeita à submersão, o Consórcio Estreito Energia usou a política de indenização baseada no título de posse das terras que seriam total ou parcialmente afetadas pela formação do lago da usina, o que, num outro extremo, terminou isentando desse mesmo processo outras comunidades que não eram proprietárias de terras. Nesta perspectiva, segundo Melo e Chaves (2012, p.1):

Os impactos territoriais com a construção do reservatório da UHE de Estreito estão causando inúmeras mudanças, afetando a identidade territorial da comunidade local,

principalmente no que se refere à relação com o rio Tocantins tanto na esfera econômica, como também na cultural.

Com base nesses pressupostos dos impactos coletivos gerados às comunidades que foram atingidas pela usina hidrelétrica de Estreito, busca-se, através das bases teórico-metodológicas deste trabalho, compreender os mecanismos utilizados por cada comunidade investigada nesta pesquisa, durante o processo indenizatório de suas benfeitorias afetadas pela conformação do reservatório da usina de Estreito, com base em um questionamento: Como os trunfos sociais, políticos, culturais e principalmente econômicos, chamados por Bourdieu (2000) de capitais, podem ter exercido algum tipo de influência na compensação financeira das comunidades atingidas pelo projeto da usina? Essa e outras indagações foram o que se buscou entender no tópico seguinte.

2.2 Bases teórico-metodológicas

Na perspectiva de Bourdieu (2000), são essencialmente a junção, a profundidade e abrangência de uma série de capitais (cultural, político, simbólico, econômico e social) que vão determinar a posição relativa dos sujeitos na sociedade onde eles estão inseridos. Como seres resultantes das mais diferentes culturas, históricos por extensão, os seres humanos relacionam-se no tempo e no espaço por um conjunto infundável de redes sociais que se submetem às mais diferentes arenas sociopolíticas num jogo de interesse, cujas medidas decisórias, que pesam nas vantagens que cada comunidade vai desfrutar, é exercida pela abrangência e profundidade do seu capital no território de sua materialização. Assim, Bourdieu (2000, p.134) define “Os agentes e grupos de agentes [...] pelas posições relativas neste espaço”.

Desse modo, aplicando esse mesmo princípio para o campo ou arena social das comunidades ribeirinhas atingidas pela UHE de Estreito, buscar-se-á entender até que ponto os capitais econômicos, políticos, culturais e sociais, mencionados pelo sociólogo francês, na sua complexidade interacionista, influenciaram e/ou influenciam no processo compensatório dos mais diferentes ribeirinhos que, de uma forma ou de outra, sofreram algum tipo de perda ou ganho em função da construção da usina hidrelétrica de Estreito no Maranhão.

Na representação das comunidades atingidas pelos grandes empreendimentos hidrelétricos, mesmo tratando-se de um único espaço (físico/territorial), a percepção desse espaço em termos culturais, econômicos, sociais e ambientais, por parte de cada comunidade atingida, não representa a mesma coisa (significado) como se o modo de sobrevivência dos

fazendeiros, barraqueiros, pescadores, barqueiros, agricultores e comerciantes, que constituem os grupos analisados nesta pesquisa, fosse um todo homogêneo e linearmente organizado segundo as mesmas objetivações e interesses socioeconômicos.

Cada representação social das comunidades afetadas pela implantação da UHE de Estreito organiza-se de acordo com os laços socialmente construídos e o peso (verticalidade e horizontalidade)¹⁰ que cada um dos capitais econômico, político, cultural etc., assinalados por Bourdieu (2000), representa na manutenção existencial de cada grupo no contexto regional onde estão inseridos. Para os propósitos desta investigação, importa saber como esse conjunto de capitais pode ter sido decisivo na hora do processo de estabelecer e reivindicar uma possível indenização financeira por danos materiais ocasionados pela implantação da UHE de Estreito.

Na verdade, estamos falando de uma disputa sociopolítica representada pelo CESTE, como o grande capital, e as comunidades atingidas pela usina, representando um tipo de capital difuso e fragmentário. Nesse aspecto, temos uma “[...] luta ao mesmo tempo teórica e prática pelo poder de conservar ou de transformar o mundo social conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo” (BOURDIEU, 2000, p.142).

Desta maneira, uma dada região geográfica é caracterizada por uma série de capitais que, constituindo estruturais socialmente estabelecidas e reestabelecidas pela força dos agentes que a constituem, termina, como extensão desse processo, definindo os trunfos sociais que cada indivíduo desfruta no meio onde está imerso. Assim, por capital econômico, entendemos a maneira como os agentes capitalistas organizam-se em dadas estruturas sociais, por meios de laços e relações de conflitos e reciprocidades, tentando perpetuar no poder, seja através de meios legais, ou ilegais, cujo êxito que logram desfrutar dependerá das articulações do capital econômico com os capitais político e cultural (BOURDIEU,2000).

Nessa lógica de argumentação, o capital simbólico ou cultural seria o “[...] mérito conquistado, a honra construída, o prestígio, a fama; do mesmo modo, o capital político é entendido como campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este a campo e a sua estrutura em dado momento” (BOURDIEU,2000, p. 134-135;165-166).

¹⁰ Para os propósitos desta investigação, entende-se por verticalidade os laços sociais estabelecidos entre os indivíduos pertencentes a uma determinada classe social como pescadores, barraqueiros, indígenas, entre outras, que constituem, respectivamente, um ou vários grupos; por verticalidade também para o nosso propósito, entendemos que seria os laços legais e juridicamente estabelecidos entre os grupos e subgrupos com as instituições e organizações que possam representá-los.

Para alguns dos principais expoentes da sociologia econômica, como Granovetter (2007), Abramovay (2004) e Bourdieu (2000), o espaço socialmente criado e recriado pela ação humana, causa última de todos os tipos de materialização dos mais variados tipos de capitais, econômico, cultural, simbólico e social, resulta de um longo processo cuja marca mais contundente é a sua condensação na força (poder) que os agentes têm no desenrolar das atividades humanas.

Assim como Bourdieu (2000), Granovetter (2007) buscou descortinar décadas e/ou séculos de produção científica em que a dimensão econômica vinha sendo analisada como algo atomizado, desprovido de interação com os demais campos, político, cultural e social, os quais, para Bourdieu (2000), expressa a força que os agentes econômicos exercem ou representam no meio social. Para Granovetter (2007, p. 9):

Os atores não se comportam nem tomam decisões como átomos fora de um contexto social, e nem adotam de forma servil um roteiro escrito para eles pela intersecção de categorias sociais que eles porventura ocupem. Em vez disso, suas tentativas de realizar ações com propósito estão imersas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais.

Assim, para Granovetter (2007), a estrutura do meio social, do mais simples ao mais complexo, não pode ser definida tão somente pela dimensão econômica desprovida de contato intersocial. Nesta mesma concepção de análise do campo econômico como parte indissociável de uma estrutura socialmente articulada com todos os demais campos, Abramovay (2004), assim como Bourdieu (2000) e Granovetter (2007), busca desconstruir uma concepção de economia clássica, para a qual o acontecer das atividades econômicas independe de uma rede de outros contatos socialmente estabelecidos entre cultura, política, universidade, enfim.

A ordem econômica de qualquer mercado, independentemente do tempo relativo que a história nos apresenta, sempre resultou de ações interacionistas estabelecidas entre os agentes da economia, da cultura, da política, das diversões em praças públicas, enfim, é o conjunto desses elementos sociais, e não somente de uma economia extrassocial, que define as estruturas dos arranjos humanos. No entanto:

É bem verdade que a economia contemporânea faz jus à reputação tão difundida de ciência cinzenta, mecânica e incapaz de incorporar preceitos éticos a seus pressupostos. Mas parte importante e cada vez mais significativa da disciplina volta-se justamente ao estudo de formas concretas de interação social e coloca em dúvida as motivações puramente *egoístas* e maximizadoras postuladas pela tradição neoclássica. (ABRAMOVAY, 2004, p.1).

Independentemente do contexto e da estrutura social, para a sociologia que se passou a produzir a partir das décadas de 1960 e 1980 do século passado, o mercado é uma, e somente uma, das inúmeras dimensões socialmente definidas em qualquer que seja a estrutura comunal. A respeito dos novos pressupostos teóricos da Sociologia Econômica, que passaram a priorizar principalmente no quartel da última década acima mencionada, diz respeito à forma de como os cientistas sociais passaram a ver o mercado, não como algo separado da sociedade, autorregulando-se de quando em quando de acordo com os períodos históricos e as forças de alguns agentes econômicos autônomos que, independentemente da cultura, da política e das inúmeras forças sociais que agem divergindo e convergindo num determinado campo ou arena social, fossem capazes de se manter em uma dada estrutura social (BOURDIEU, 2000).

Nesta linha de raciocínio,

a sociologia econômica contemporânea tem justamente esta característica de conceber os mercados como resultados de formas específicas, enraizadas, socialmente determinadas de interação social e não como premissas cujo estudo pode ser feito de maneira estritamente dedutiva. (ABRAMOVAY, 2004, p.9).

Thompson (1998), ao analisar os motins da Inglaterra do século XVIII, percebe claramente que as populações que, constantemente se levantavam contra os produtores de trigo, os moleiros, os padeiros ou mesmo contra o próprio estado paternalista, tinham uma percepção bem aguçada da relação de interdependência que havia entre a economia, a cultura e a política. Na análise thompsoniana das representações sociais do modelo econômico inglês, observou-se que o mesmo tinha,

uma existência ideal e, igualmente, uma existência real fragmentária. Nos anos de boas colheitas e preços moderados, as autoridades caíam no esquecimento. Mas se os preços subiam e os pobres se tornavam turbulentos, o modelo era ressuscitado, pelo menos para produzir o efeito simbólico. (THOMPSON, 1998, p.160).

Para a Inglaterra do século XIX, cujo resquício de um Estado paternalista tornava-se uma realidade cada vez mais distante e difícil de manter, as representações sociais, que na investigação de Thompson se condensavam praticamente na mobilização, levantes e embates populares, já não se justificava mais com tanta veemência na Inglaterra desse referido século. Se em pleno século XVIII os motins ingleses organizavam-se político e socialmente para lutarem em prol de seus objetivos comuns; no século seguinte os direitos sociais foram ampliados e, junto com eles, a consciência política dos britânicos, agora representados por seus sindicatos, pressionavam os capitalistas industriais a cumprirem suas funções sociais. O

que fica claro nesta abordagem histórico-estrutural de Thompson (1998), é justamente a força político-social que os movimentos sociais foram conquistando ao longo de várias décadas de desenvolvimento econômico e tecnológico inglês.

A conscientização política e a capacidade organizacional das mobilizações sociais resultam de uma construção permanente com as mais adversas situações que a vida societária pode legar. Essa consciência política que as massas inglesas construíram, e que condensou com toda veemência no século XIX (caracterizador de uma Inglaterra não mais agrária e/ou agropastoril), agora, pertencia a um país cuja emergência econômica-industrial havia formado uma massa pensante e com alta capacidade de, por meio dos sindicatos, fazer valer seus direitos sociais, políticos e éticos, que historicamente vieram estruturando-se por meio das mais variadas representações sociais. Conforme afirma Thompson (1998, p. 186): “o motim da fome não requeria um alto grau de organização. Requeria um consenso de apoio na comunidade e um padrão de ação herdado com seus próprios objetivos e limites.”

Em se tratando das manifestações populares empreendidas pelas comunidades ribeirinhas atingidas pelos empreendimentos hidrelétricos, mesmo referindo-se a outro contexto e outro tipo de reivindicação, quando se trata de lutar pela defesa de seus direitos econômicos, social e ambiental, os impactados do sistema capitalista vigente têm sabido se mobilizar, ainda que em comunidades segmentadas por pescadores, barraqueiros, barqueiros, agricultores, para construir e fazer valer seus direitos socioeconômicos afetados com a territorialização dos grandes projetos hidrelétricos brasileiros.

Desde a construção de Itaipu, no rio Paraná, Tucuruí, Lajeado e Estreito no rio Tocantins, e por último Belo Monte no rio Xingu, em fase de implantação, observa-se nas concepções de Benincá (2011), Waldman (2002), entre outros, que tem ocorrido uma espécie de politização dos líderes representantes das comunidades ribeirinhas atingidas pelas usinas hidrelétricas, politização esta que tende a ser repassada para os integrantes de cada comunidade, como a principal arma de mobilização e reivindicação de seus direitos sociais e principalmente econômicos desestruturados com a implantação das UHEs de grande porte, como as mencionadas acima.

Como podemos observar, os seres humanos estão inseridos em verdadeiras estruturas sociopolíticas, caracterizadas por avanços e retrocessos em relação às conquistas sociais, como bem frisara Bourdieu (2000), ao discorrer sobre a importância dos capitais sociais, políticos, culturais e econômicos como elementos impulsionadores dos privilégios que os indivíduos vão desfrutar. São esses capitais, na arena onde são representados, que vão definir a posição relativa dos mais diferentes indivíduos.

No caso dos atingidos pela usina hidrelétrica de Estreito, área delineada para este estudo de caso, as conquistas sociais que algumas comunidades ribeirinhas estão desfrutando, embora razoáveis, concretizaram-se mais nitidamente em função de suas articulações sociopolíticas condensadas em associações que os representam, como a Associação dos Barqueiros do Maranhão (ABEMA), Associação dos Barraqueiros da Praia do Pé da Ponte e Ilha do Cabral, Colônia dos Pescadores e o próprio Movimento dos Atingidos por Barragens, que buscam, através de inúmeras ações políticas, sensibilizar as comunidades ribeirinhas a lutarem por seus direitos indenizatórios, por causa dos prejuízos socioeconômicos que tiveram em virtude da implantação da usina hidrelétrica.

Quando compara a Inglaterra do século XVIII com a do século posterior, Thompson (1998) descobre que a forma de reivindicação das massas humanas havia se transformado e se adaptado às transformações socioeconômicas que a Inglaterra do século XIX apresentava aos trabalhadores. Diante desse novo contexto, conscientes politicamente da importância de se organizarem por meio de sindicatos, pois a realidade agora havia se transformado, os trabalhadores sabiam perfeitamente aonde recorrer quando desejavam concretizar alguma política de cunho social.

Segundo Foschiera (2010), ao surgir na década de 1970, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) tinha como pretensão básica aglutinar e representar as mais variadas comunidades ribeirinhas atingidas pela implantação dos empreendimentos hidrelétricos de grande porte, desse modo, os atingidos politizaram-se, o que, para Bourdieu (2000), efetiva-se como um dos capitais, o capital político, representado, no caso dos atingidos, por meio das associações, das colônias de pescadores e do próprio MAB.

No capítulo a seguir, os procedimentos e resultados desta pesquisa de campo, referentes aos impactos sociais e econômicos que as comunidades formadas por pescador, barraqueiro, barqueiro, agricultor e comerciantes tiveram em função da construção da UHE de Estreito, foram apresentados juntamente com as respectivas indenizações por perdas materiais advindas em função da territorialização de tal empreendimento hidrelétrico.

CAPÍTULO III – OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E A CONSTRUÇÃO SOCIOPOLÍTICA DAS INDENIZAÇÕES DAS COMUNIDADES ATINGIDAS PELA UHE DE ESTREITO, MARANHÃO

3.1 A eleição da área de estudo

A escolha da área de estudo, a cidade de Estreito, no Maranhão, onde se localiza a UHE de Estreito, deu-se em função de sua importância na atual conjuntura da política energética do país, e, em contrapartida, por encontrar-se neste município um grande número de comunidades ribeirinhas classificadas como barraqueiros, barqueiros, pescadores, agricultores, vazanteiros, indígenas, entre outras, que diretamente foram afetadas pela construção da usina hidrelétrica e, também, em função da facilidade de acesso a essa região. A representação dessas comunidades na pesquisa, e não de outras como as populações indígenas Apinajé, Gavião, Krahô e Krikati, que também foram atingidas pela usina, justificase pelo fato de que, em novembro de 2012, quando os questionários foram aplicados, só encontramos essas comunidades na cidade de Estreito, local elegido para este estudo.

Na realização da pesquisa de campo, 30 questionários foram respondidos por seis comunidades, cuja representação percentual de cada uma delas no total da amostra ficara assim distribuída: 27% agricultor, 27% comerciantes, 20% pescador, 13% barqueiro, 7% barraqueiro, 3% vazanteiro e outros 3% que não se definiram. O propósito dos questionários era traçar, de forma mais concreta: a situação do problema relacionado aos impactos sociais e econômicos que essas comunidades vêm enfrentando; e quais as propostas de compensação financeira que o Consórcio Estreito Energia (CESTE) propôs antes e após a conformação do reservatório.

Os questionários aplicados aos moradores da região foram caracterizados como estruturados e semiestruturados, priorizando tanto os que receberam como aqueles que não receberam compensações por perdas materiais advindas da construção da usina em questão. Os questionários aplicados aos atingidos pela UHE de Estreito tiveram como objetivo verificar:

- O critério usado pela empresa responsável pela construção da usina na hora da compensação das comunidades;
- a mobilização das comunidades quanto aos seus direitos sociais e econômicos comprometidos pela usina;
- o grau de satisfação dos atingidos em relação à compensação recebida;

- o grau de dependência que as comunidades analisadas tinham do rio Tocantins para a realização das atividades de subsistência;
- o nível de melhorias experimentadas pelas famílias em relação ao bem-estar;
- mudanças sociais e econômicas ocorridas em função da construção da UHE;

Com a tabulação dos dados e do cruzamento das informações, foi possível associar a relação da renda com as compensações recebidas e, também, o tipo de atividade e o nível educacional.

3.2 Caracterização geográfica da cidade de Estreito

Localizada ao Sul do Estado do Maranhão, entre os paralelos 06°33'38 Sul e 47° 27'04 Sudoeste, a cidade de Estreito apresentou uma população de 35.738 habitantes, segundo o último censo demográfico do IBGE (2010). Para este Instituto, o processo histórico que deu origem a esta cidade teria começado com um pequeno povoado que surgiu nas proximidades do rio Tocantins, cuja influência política e administrativa ficava sob a alçada da cidade de Carolina, também no Estado do Maranhão. Dado seu longo passado histórico de estreita relação com o rio Tocantins, em 27 de dezembro de 1954, o povoado de Estreito deixava, ainda que temporariamente, de ser distrito de Carolina, respaldado na Lei Estadual nº 1304, e passava a receber o nome de Presidente Vargas, uma homenagem ao então presidente da República Getúlio Vargas. Quase três anos depois, mais precisamente em maio de 1957, a cidade de Presidente Vargas teve seu processo emancipatório cassado pelo Supremo Tribunal Federal, voltando mais uma vez à condição de distrito de Carolina.

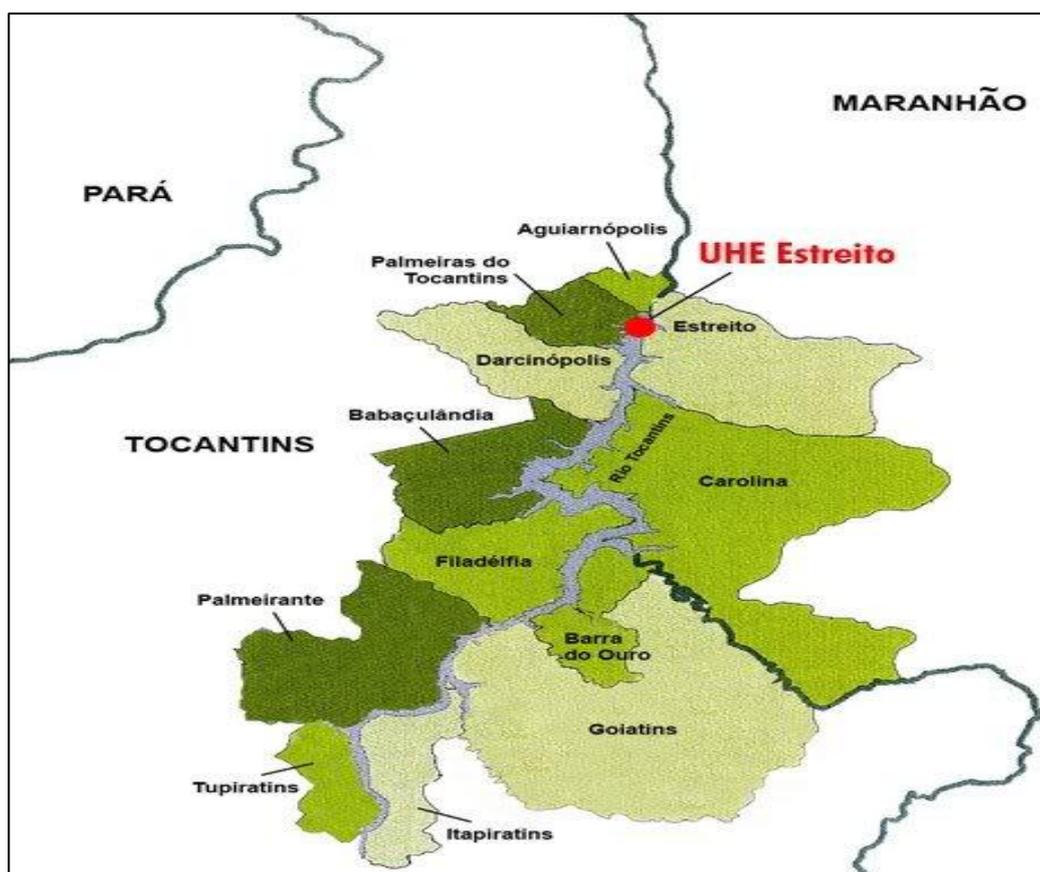
Assim, em março de 1982, ainda segundo dados do IBGE (2010), véspera, portanto, da redemocratização política do Brasil, através da Lei Estadual nº 4.416, o povoado de Estreito recupera sua autonomia política e administrativamente de Carolina, voltando à condição de cidade e recebendo o nome de Estreito.

Com a política desenvolvimentista do então presidente Juscelino Kubitschek, a atual cidade de Estreito, na época distrito de Carolina, terminou beneficiando-se dessa política governamental, pois, com a inauguração da ponte Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira em 2 de janeiro de 1961 sobre o rio Tocantins, ligando a cidade de Aguiarnópolis no Tocantins ao povoado de Estreito no Maranhão, as relações sociais e econômicas entre esses dois estados e os demais localizados ao Norte e Nordeste do país tornaram-se mais fáceis e rápidas. Após a inauguração dessa ponte e, em menos de duas décadas, da rodovia Belém-Brasília (1974), o povoado de Estreito conhece um surto econômico fundamental e decisivo

para o seu crescimento econômico em relação aos demais povoados e cidades localizadas ao Sul e Norte do Maranhão, e distante dessa rodovia de integração nacional.

3.3 Contextualização geográfica da usina hidrelétrica de Estreito na região do médio Tocantins

Figura 3 - Caracterizando e situando a área de estudo de Estreito no Maranhão



Fonte: Consórcio Estreito Energia (CESTE).

Planejada desde os anos 1970 do século passado, quando foram realizados os primeiros estudos de viabilidade técnica e econômica para sua provável construção, a usina hidrelétrica de Estreito, implantada no trecho do Médio rio Tocantins, e situada entre os municípios de Aguiarnópolis, no Estado do Tocantins, e Estreito, no Estado do Maranhão, obedeceu, segundo agência de notícias Repórter Brasil (2007), a seguinte ordem cronológica para sua instalação e operacionalização, conforme aponta o quadro 2.

Quadro 3 – Cronograma de instalação e operacionalização da usina de Estreito

AÇÃO	MÊS	ANO
O Consórcio Estreito Energia vence o leilão da ANEEL.	Julho	2002
Obtenção da Licença Prévia.	Abril	2005
Obtenção da Licença de Instalação.	Dezembro	2006
As obras de construção da usina são iniciadas.	Abril	2007
Inauguração da primeira turbina.	Novembro	2010
Inauguração da oitava e última turbina da hidrelétrica de Estreito.	Outubro	2012

Fonte: Repórter Brasil (2007) e Ministério do Planejamento (2010). Adaptado.

Por se tratar de um empreendimento de grande porte, envolvendo o território das unidades federativas do Tocantins e Maranhão, o reservatório da usina hidrelétrica de Estreito, que abrange uma área superficial de 650km², com uma capacidade geradora total de 1109,70 MW, impacta direta e indiretamente“ as cidades de Estreito e Carolina no Estado do Maranhão, e no Estado do Tocantins as cidades de Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins” (RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL, 2002, p.5-7).

Como se pode observar, a conformação do lago da usina, abrangendo parte do território de dois estados brasileiros, demonstra claramente as proporções dos impactos sociais e econômicos que a região estreitense, no Sul do Maranhão, e Bico do Papagaio, no Norte do Tocantins, sofreram em função da implantação de tal projeto hidrelétrico. Ao analisar as dimensões impactantes que um grande lago artificial, formado a partir da territorialização física de uma hidrelétrica, tende a gerar local e regionalmente, Branco (2004, p.112) argumenta que “o impacto causado por uma obra hidrelétrica deriva, essencialmente, da extensão da área inundada pela represa a ser formada pela interseção do rio com a barragem”.

3.4 Discussão dos resultados

Mesmo se tratando de um território contínuo em termos físicos, e multicultural em termos sociais e econômicos, a empresa construtora da usina de Estreito utilizou-se na hora do processo indenizatório das populações atingidas de dois critérios básicos que, mesmo

expressando significados diferentes, afunilam-se para um mesmo denominador, ou seja, uma indenização baseada no título fundiário de posseção que os fazendeiros, chacareiros e agricultores possuíam e, num outro extremo, excluiu desse processo compensatório os pescadores, barraqueiros e parcialmente os barqueiros, que há décadas mantinham uma estreita relação com o rio Tocantins.

Ressalva-se neste estudo que as denominações barraqueiro; barqueiro; pescador; agricultor; vazanteiro e comerciantes são construções sociais definidas pelos próprios atingidos pela usina hidrelétrica de Estreito, quando da produção dos dados primários. Historicamente são termos criados pelos movimentos sociais engendrados a partir dos anos 1960 e 1970 do século XX, quando a sociedade brasileira politiza os movimentos de esquerda que visavam melhorias e mudanças na então política desenvolvimentista do país. Como já falamos ao longo desta pesquisa, o ápice dos movimentos sociais de base contestatória no Brasil, para fins de análise nessa investigação, coincide com o período em que o país estava sob a égide dos militares e desfrutava de uma industrialização galopante, ainda que em escala regional.

Para os objetivos propostos consideramos, em termos de escala de abrangência, que os impactos sociais contemplam todos os demais impactos, ou seja, os econômicos, os culturais, os territoriais e os ambientais que os atingidos pelos empreendimentos hidrelétricos estão sujeitos quando se constrói uma usina hidrelétrica de grande porte. De maneira geral, os impactados por tais políticas hidrelétricas setoriais são classificados em dois tipos básicos: os que se concentram a montante (acima de onde se construíram a usina) e os que se concentram a jusante do empreendimento, isto é, abaixo do reservatório. Tanto num caso como noutro, estamos falando de comunidades heterogêneas, em termos socioeconômicos, que foram seriamente impactadas em função da construção de grandes empreendimentos hidrelétricos.

Ao analisarmos o território das comunidades ribeirinhas da cidade de Estreito, no mês de novembro de 2012, período em que foram aplicados os questionários que nortearam o desenvolvimento desta pesquisa, deparamo-nos com seis grupos de indivíduos classificados como barraqueiro, barqueiro, pescador, agricultor, vazanteiro e pequenos comerciantes que foram impactados pela UHE de Estreito.

As comunidades barraqueiras, um contingente de aproximadamente 30 famílias que desenvolviam suas atividades econômicas a jusante do empreendimento, cuja representação na figura 5 é de 7% da amostra, foram largamente prejudicadas pela implantação da usina hidrelétrica de Estreito. Mesmo sendo comunidades que desenvolviam suas atividades somente no período de vazão do rio (estiagem), que se concentravam entre os meses de junho,

julho e agosto de cada ano, os danos materiais foram responsáveis pela desestruturação de suas economias praticadas diretamente nas praias do rio Tocantins. Conforme argumenta o barraqueiro Francisco Ramos da Silva Ribeiro Gonçalves:

As perdas que nós barraqueiros teve foi que a barragem acabou com nossa economia local, antes da construção dessa usina nós trabalhava três meses do ano nas praias do Pé da ponte entre Aguiarnópolis do Tocantins, e Estreito no Maranhão, e também na Ilha do Cabral bem no meio do rio Tocantins, quando esse estava seco, meu lucro antes da usina era de uns R\$ 5.000,00 a R\$ 6.000.00 mil reais por mês, depois do enchimento do reservatório caiu para uns R\$ 2.000.00 a R\$ 3.000.00 reais no mês de mais frequência de pessoa nas praia¹¹.

Em situações semelhantes de impactos socioeconômicos gerados com a implantação da usina hidrelétrica de Estreito, mas com abrangência mais profunda em termos de desagregação social e econômica, inclui-se no caso dos barqueiros um contingente de aproximadamente 48 indivíduos que, conforme será mostrado na figura 6, representa 10% da amostra pesquisada, e que, diferente das demais comunidades analisadas neste estudo, foram os que apresentaram um maior estágio de desestruturação econômica, como apresentado mais adiante na figura 8, quando analisamos as comunidades conjuntamente. Essa comunidade, a qual o relacionamento com o rio Tocantins ocorria todos os meses do ano, com a conformação do reservatório da usina, que interrompeu (abruptamente) o tráfego de pessoas e mercadorias pelo rio, terminou por inviabilizar a permanência de tal atividade, pois esses indivíduos não podem mais navegar pelo rio Tocantins como faziam antes da construção da usina.

Os barqueiros praticamente estão com seus barcos no seco por não poderem mais trafegar livremente pelo rio Tocantins, já que as obras da barragem de Estreito puseram fim a décadas de desenvolvimento socioeconômico, cujos limites eram determinados somente pelo rio. Conforme expressa o barqueiro Vicente de Paula Pereira de Araújo:

Minha profissão de barqueiro foi passada de pai para filho, meu pai me ensinou como trefegar pelo rio, agora, depois que eles construíram a barragem, meu barco só não fica no seco todo tempo porque no mês de julho ainda levamos alguns banhistas para a praia, minha renda que era de R\$ 2.000.00 reais antes da usina, agora só trabalho basicamente um mês por ano com meu barco, minha renda hoje é de R\$ 9.00.00 reais na época das praias. Para sobreviver, faço bico trabalhando aqui e ali onde aparece algum trabalho¹².

¹¹ Anotação de relato oral feita no caderno de campo em 18 de novembro de 2012.

¹² Anotação de relato oral feita no caderno de campo em 22 de novembro de 2012.

No caso específico dessa comunidade, dos 48 barqueiros que estavam regularmente cadastrados na Associação dos Barqueiros do Maranhão (ABEMA), somente 8 deles não receberam indenização, justamente aqueles que não estavam filiados e em dia com a associação. Entre as comunidades analisadas nesta pesquisa, até o momento em que se fez o levantamento de campo, em novembro de 2012, somente os barqueiros em sua grande maioria e os agricultores em sua totalidade haviam recebido uma indenização proveniente dos impactos socioeconômicos produzidos pela usina hidrelétrica de Estreito.

O que variou entre os agricultores impactados pela usina, no que diz respeito ao processo indenizatório, foi justamente o valor pago para cada família que sofrera os prejuízos socioeconômicos provenientes da implantação de tal empreendimento, como pode ser conferido na figura 6, em que o percentual desta comunidade no total da amostra realizada equivale a 30%. Neste caso específico, a empresa responsável pela implantação da usina indenizou cada família baseado no título fundiário que os indivíduos possuíam de suas respectivas propriedades atingidas pelo lago da hidrelétrica.

Com o impacto socioeconômico de suas atividades de subsistências, os pescadores filiados à colônia de Estreito, um contingente de 190, que estavam regularmente cadastrados e em dia com suas obrigações, as quais consistiam, entre outras, em pagar 5% de imposto a colônia de todo o pescado que eles conseguiam capturar, pagar uma taxa anual de R\$ 10,00(dez reais) para a realização de serviços burocráticos internos e pagamento de alguns funcionários da própria colônia. No caso dessa comunidade de pescadores, até o momento da realização do trabalho de campo, novembro de 2012, eles não haviam recebido nenhuma indenização por parte da empresa. Os 17% desses pescadores, que aparecem na figura 6, é equivalente a um percentual de 30 indivíduos da amostra que norteou esse trabalho.

No momento, a única coisa que o CESTE fez para amenizar um pouco o sofrimento e os transtornos sociais e econômicos vividos por essa comunidade, em termos práticos, foi manter uma minivan com motorista à disposição dos pescadores que desenvolvem suas atividades de pesca a montante da usina. Segundo o pescador Raimundo Nonato Falcão Lima, há 46 anos pescando nesta região, a empresa prometeu uma indenização de R\$ 10.000.00 mil reais para cada família de pescador e uma vila na parte de cima da barragem, mas, até agora, não cumpriu nada de suas promessas e, por causa disso, estão passando por certas dificuldades financeiras o que, em alguns casos, fez com que alguns pescadores se mudassem da cidade de Estreito. Outros mudaram de atividades, ou seja, estão trabalhando em diversos trabalhos informais, capinando lotes e derrubando roças em fazendas alheias etc.

Mais uma comunidade impactada social e economicamente pela conformação do reservatório da usina, e que também não recebeu indenização pelos danos materiais provocados pela hidrelétrica, foi a dos vazanteiros que desenvolviam atividades econômicas nas margens do rio Tocantins, mas as terras não lhes pertenciam. Este grupo representa 3% entre os indivíduos das seis comunidades analisadas nesta pesquisa.

Os pequenos comerciantes do Mercado municipal da cidade de Estreito, que representam 30% (figura 6), fazem parte das comunidades atingidas indiretamente pela usina, pois não desenvolviam nenhum tipo de atividade diretamente no rio Tocantins, mas, em contrapartida, compravam quase todos os produtos que vendem em suas bancas, dos vazanteiros, chacareiros e pescadores que, em última análise, constituem os grupos das comunidades impactadas diretamente pela usina hidrelétrica de Estreito.

Além dessa abordagem, buscando maior entendimento dos reais impactos sociais e econômicos submetidos em virtude da implantação da usina hidrelétrica de Estreito e, em decorrência destes, as possíveis compensações, realizamos uma análise conjunta de todas as comunidades atingidas pela usina. Elas podem ser caracterizadas em dois grandes grupos de indivíduos que sofreram os impactos direto e indireto da usina, podendo, também, serem subdivididos em grupos menores com dimensão limite entre eles medida através do vínculo que cada comunidade mantinha com o rio antes da usina. Segundo o Relatório de Impacto Ambiental (2002) esses grupos matrizes são:

- a) os proprietários de terras.
- b) os não proprietários de terras.

No primeiro grupo está incluso os proprietários de terras com título fundiário, classificados em fazendeiros, chacareiros, agricultores, e, também, parte da população urbana que sofreu algum tipo de impacto direto em função da conformação do lago da usina, visto que tal represa submergiu total e/ou parcialmente parte de seus lotes no perímetro urbano da cidade de Estreito, o que, por extensão, os inclui“ nas Áreas de Influência direta-AID, chamadas também de meio socioeconômico” (RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL, 2002 p.23).

Os não proprietários, inclusos nas Áreas de Influência Indireta-AII do lago da usina, também chamadas de meio físico-biótico, podem ser classificados em pescador, barraqueiro, barqueiro, arrendatário, vazanteiro, extrativista, etc. São comunidades que, mesmo não possuindo título fundiário das propriedades em que trabalhavam permanente e temporariamente, mantinham algum vínculo de subsistência com o rio Tocantins.

Diante de tudo que foi apresentado, fizemos, de antemão, uma interpretação dos dados que foram levantados em campo, buscando entender as dimensões dos impactos socioeconômicos no cotidiano das comunidades que foram atingidas pela implantação da usina hidrelétrica de Estreito.

3.5 As Comunidades e os impactos socioeconômicos

A pesquisa realizada foi composta por um total de 30 indivíduos, pertencentes às comunidades constituídas de pescador, vazanteiro, barqueiro, barraqueiro e comerciantes, que foram afetados diretos e diretamente pela construção da UHE de Estreito. Conforme o sexo, eles estão distribuídos da seguinte maneira: 6,67% são do sexo feminino e 93,33% do sexo masculino, sendo que a média de idade dos impactados é de 51 anos. No que se refere ao tempo de residência, os impactados residem há aproximadamente 42 anos no mesmo lugar. Quanto à escolaridade, a amostra apresentou uma média de 7,9 anos de estudo, com valor mínimo de 0 e máximo de 17 anos de estudo, e média relativa inferior aos anos de estudos do ensino médio. A amostra relativa ao grau de escolaridade é muito variável, já que o desvio padrão de 4,06 a caracteriza assim, mas observou-se que a maioria dos impactados pela usina possui nível de instrução concentrado no ensino fundamental incompleto, e apenas alguns dentre estes apresentam educação de nível superior e com pós-graduação.

Com relação ao orçamento familiar, os impactados são chefes de família e apresentaram renda familiar de R\$1.682. Essa renda foi definida baseada em todo o faturamento que as famílias ganhavam ao longo de um mês, antes da implantação da usina, pescando, plantando, transportando pessoas ou mercadorias, ou ainda vendendo algum produto nas ruas ou nas praias como é o caso dos barraqueiros e ambulantes. É importante ressaltar, nesse caso específico, que a renda familiar geralmente é proveniente das atividades de subsistência permanentes que o chefe da família realiza (va) nas proximidades do rio Tocantins, ou relacionada a ele. A presença de *outliers* é notória nesta variável, dado que o valor do desvio padrão é de R\$ 1.524.01, portanto, observou-se uma grande dispersão dos valores em função do tipo de atividade que cada impactado realiza e/ou realizava no rio ou em suas proximidades.

Também é importante ressaltar que pesquisas com um universo amostral pequeno como este, considerando que se trata de um contingente de 2.167 famílias na contagem do Consórcio Estreito Energia e/ou 5.000 famílias nas contas do Movimento dos Atingidos por Barragens na região de Estreito, possuem uma forte tendência a apresentar uma disparidade significativa em relação à variável renda.

O número de pessoas por família ficou concentrado em torno de 4 a 5 membros, corroborando com os valores apresentados pelo Relatório de Impacto Ambiental (2002, p. 63-64), que apresentou uma média de 4,7 indivíduos para os imóveis rurais e de 4,4 para as famílias nucleadas da zona urbana, havendo uma dispersão, pois dentro da amostra somente uma família apresentou um valor de 11 membros.

Tabela 1- Caracterização socioeconômica dos impactados

Variáveis	Média	Desvio Padrão	Valor Mínimo	Valor Máximo
Idade	51,1	10,65	31	75
Tempo de Residência	42,67	16,43	15	75
Escolaridade	7,9	4,06	0	17
Renda Familiar	1.644,25	1.304,51	400	5.000
Pessoas por Família	4,37	2,01	1	11

Fonte: Resultado da pesquisa, 2012.

De forma geral, as variáveis básicas, tal como mostrado na tabela 1, captam os comportamentos dos indivíduos em relação ao seu nível de bem-estar social antes da implantação da UHE de Estreito. Para determinar esse nível, adotamos a renda familiar como o principal parâmetro (positivo ou negativo) da qualidade de vida das comunidades impactadas pela hidrelétrica. Neste caso, notou-se que o nível de bem-estar das famílias tendeu a decrescer consideravelmente depois da construção do empreendimento.

Já em relação ao nível de satisfação das comunidades quanto à indenização recebida, 35% dos atingidos demonstraram-se satisfeitos, justamente aqueles que compõem o grupo dos que receberam indenização: os agricultores e quase todos os barqueiros. Em contrapartida, 65% dos analisados em nossa amostra demonstraram-se insatisfeitos, o que equivale à representação das demais comunidades formadas por pescador, barraqueiro, vazanteiro e comerciantes que não receberam indenização do CESTE pelas perdas sociais e econômicas que sofreram. Esse fato também se justifica em função do tipo de atividade que as comunidades realizavam antes e após a construção da UHE e, principalmente, se os indivíduos eram ou não donos do imóvel onde trabalhava. A premissa anterior se sustentou nas informações coletadas, dado que grupos específicos como agricultores e barqueiros compreendem as únicas comunidades analisadas nesta pesquisa que receberam compensações até o momento.

Para determinar o nível de satisfação das comunidades em relação à implantação da usina hidrelétrica, perguntou-se aos grupos analisados neste estudo sobre as vantagens e

desvantagens sociais e econômicas geradas pela construção da usina. Cerca 45% dos impactados, que representa aqueles que receberam compensação financeira, demonstraram satisfação pela hidrelétrica; ao passo que 55% dos indivíduos impactados pela usina demonstraram-se insatisfeitos com a construção de tal empreendimento, correspondendo àquelas comunidades que não foram indenizadas pelos responsáveis da empresa.

Observou-se, por meio de anotações realizadas em campo, que as vantagens e desvantagens referidas correspondiam a um interesse particular de cada grupo, sem uma visão holística das vantagens geradas para toda a cidade de Estreito. A satisfação e/ou insatisfação com relação ao projeto de Estreito também foi justificada através da prática de subsistência que cada indivíduo realizava antes e após a construção da UHE, visto que, posteriormente, várias atividades desenvolvidas por alguns indivíduos se viram afetadas, o que significa que a grande maioria experimentou algum tipo de mudança.

Tabela 2 - composição da amostra quanto à satisfação de compensação recebida em função da construção da UHE.

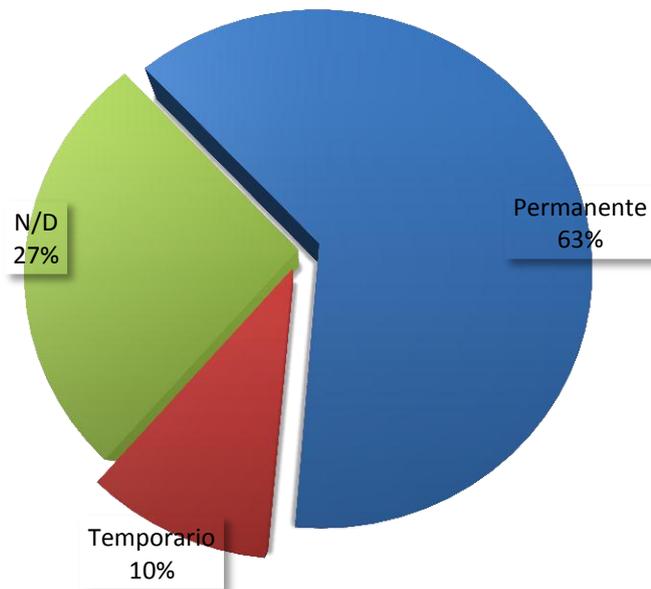
	Sim (%)	Não (%)
Satisfação pela compensação recebida	35%	65%
Satisfação pela construção da UHE	45%	55%

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Em complementação à análise anterior, e buscando entender os impactos socioeconômicos produzidos nas comunidades estudadas nesta pesquisa, buscamos analisar também a importância do rio Tocantins no desenvolvimento das inúmeras atividades de subsistência realizadas pelas comunidades nas margens do rio, bem como os tipos de relação que estabeleciam com o mesmo.

Na análise da figura 4 é possível perceber a dependência das famílias em relação ao rio Tocantins para a realização dos seus diferentes tipos de atividades econômicas antes da construção da usina, sendo que, em muitos casos, as populações concentravam-se entorno das atividades primárias. Cerca de 63% da população pesquisada considerava suas atividades de subsistência importante, com dependência permanente, independente do tipo de atividade, seja ela primária ou não.

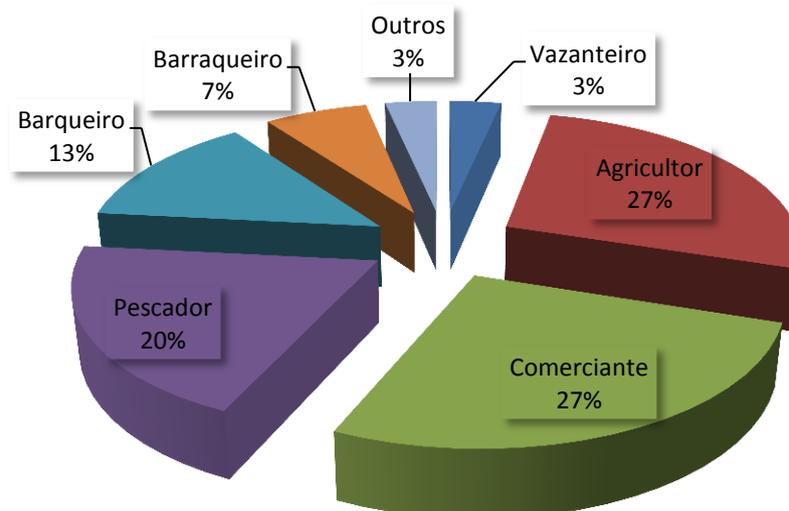
Figura 4 - dependência do rio Tocantins para a realização de atividades econômicas desenvolvidas pelas comunidades localizadas próximas da UHE.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

O desenvolvimento das atividades primárias pelos membros das famílias que constituem as comunidades analisadas neste estudo também pode ser descrito a seguir

Figura 5 - principais atividades de subsistência desenvolvidas pelas famílias atingidas antes da construção da usina.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

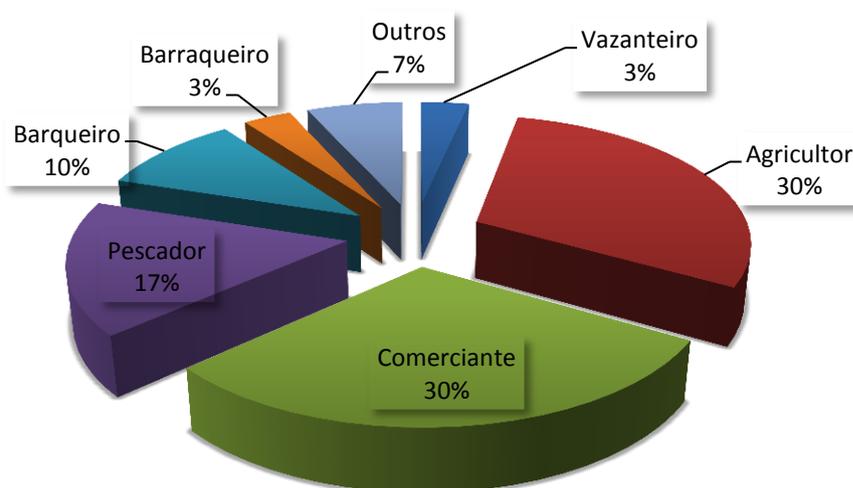
Observamos que as atividades do comércio representavam 27%, seguida da agricultura, também com 27%, e da atividade de pesca com 20% de toda a região amostral deste estudo. O percentual dessas três atividades nos dá uma visão do nível de satisfação que

cada indivíduo apresenta em relação à construção da UHE e, conseqüentemente, o nível de satisfação pelas compensações recebidas, tal como mostrado na tabela 2.

Cabe ressaltar, nesse contexto, que os indivíduos que desenvolviam atividades de pescador e barraqueiro, que representam 33% dos impactados, não receberam compensação financeira pelos prejuízos em função da construção de Estreito, e, por isso, se apresentam insatisfeitos com relação à implantação de tal projeto hidrelétrico. As atividades de subsistência¹³ foram afetadas pela construção da usina hidrelétrica de maneira desorganizacional, pois, para serem desenvolvidas, dependiam diretamente do rio Tocantins, o qual determinava, através de seus regimes de cheia e vazão, quais as épocas certas de plantar e colher. As atividades terciárias como o comércio, que neste caso pesquisado é realizado em quitanda e no mercado municipal, foram afetadas somente de forma específica e positivamente.

Após a construção da UHE de Estreito, algumas mudanças foram observadas no que diz respeito às atividades realizadas pelos indivíduos que moram nesta região. As atividades de subsistência realizadas por cada uma das famílias após a construção da UHE de Estreito foram ilustradas a seguir

Figura 6 - principais atividades de subsistência desenvolvidas pelas famílias atingidas após a construção da usina.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

As mudanças mais significativas são observadas nas atividades desenvolvidas pelos pescadores, que caíram de 20% antes da barragem para 17% depois do empreendimento; também ocorreram mudanças negativas após a construção da usina nas atividades

¹³ O termo em foco refere-se às atividades que as comunidades desenvolvem no/na margem do rio Tocantins, ou seja, pode ser sinônimo de sobrevivência. Portanto, toda vez que ela aparecer nesta pesquisa, estará se referindo a isso.

desenvolvidas pelos barqueiros e pelos barraqueiros caindo de 13% e 7% antes da usina, para 10% e 3% depois do empreendimento, respectivamente. Considerando que nossa amostra foi constituída por 30 indivíduos, em um universo formado por 5.000 mil e/ou 2.167 famílias, conforme expresso pelo MAB e pelo CESTE respectivamente, esses pequenos percentuais de diferenças representam uma queda abrupta em seus níveis de renda e conseqüentemente em suas qualidades de vida, o que ficou notório na pesquisa de campo realizada em novembro de 2012.

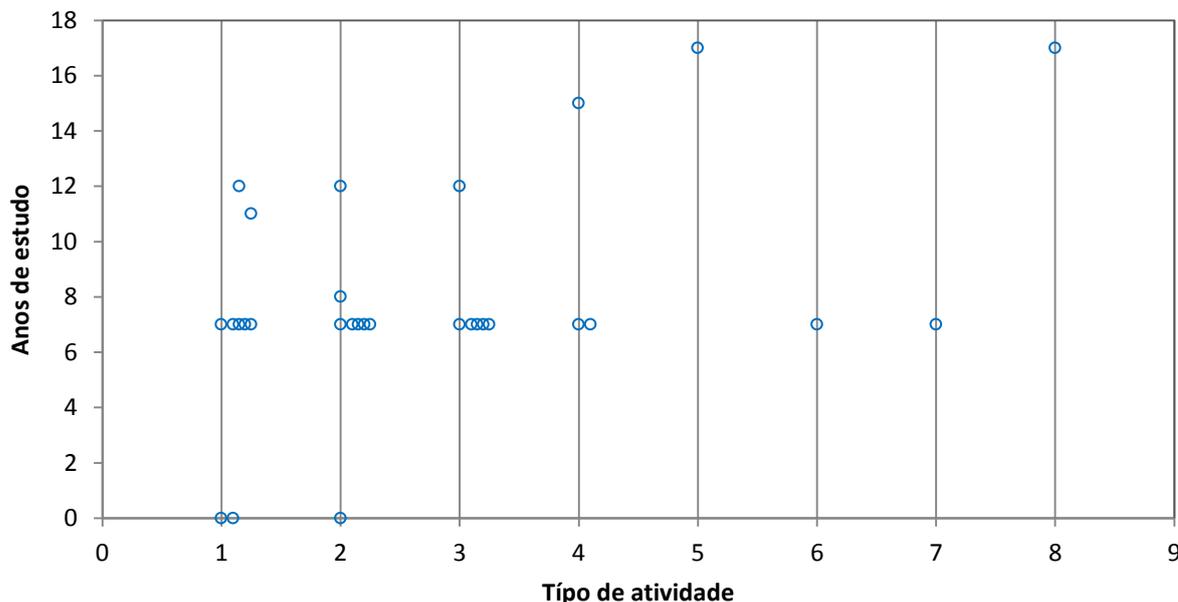
Analisando a representação amostral dos pescadores e dos barraqueiros no grupo dos 30 indivíduos impactados nesta pesquisa, a perda econômica que eles tiveram em função da construção da usina os forçou a mudarem parcialmente de atividade, ou seja, alguns estão trabalhando atualmente como atendentes de lojas, ajudante de pedreiro, moto táxi, capinando lotes. Isto significa que ocorreu uma espécie de desestabilização socioeconômica de tais famílias em função da construção da usina hidrelétrica de Estreito.

Em consonância com nossa abordagem, Benincá (2011, p. 44) revela que: “Os efeitos das barragens sobre a vida das pessoas quase nunca são devidamente mensurados e esperados. Eles modelam quadros dramáticos de injustiça socioambiental”. No entanto, com relação ao comércio e a agricultura, observou-se que tais atividades experimentaram mudanças positivas e se mantiveram em primeiro lugar em importância, considerando os tipos de atividades praticadas por tais comunidades investigadas.

O nível de satisfação com a construção da UHE pode ser explicado parcialmente. Observarmos mudanças positivas ou negativas que algumas culturas socioeconômicas experimentaram após a construção da UHE, dado que o nível de rendimento familiar diminuiu, aumentou ou se manteve estável em alguns casos. Relacionando as figuras 5 e 6, percebe-se que as atividades primárias como a agricultura e a pesca representavam aproximadamente 47% do total de nossa amostra, que foi de 30 indivíduos distribuídos em cinco comunidades na cidade de Estreito, Maranhão.

Na figura 7, observa-se que estas atividades são realizadas por uma população com baixo nível educacional, em geral, indivíduos com ensino fundamental incompleto. O comércio também é concentrado nesta região, praticado por indivíduos com baixo nível educacional, também com ensino fundamental incompleto. Em complementação, descreve-se que a teoria associa as atividades primárias de subsistências desenvolvidas pelas famílias de dada região com o seu baixo nível educacional, este fato pode ser observado na figura a seguir.

Figura 7 - Relação do nível educacional e tipo de atividade dos impactados



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

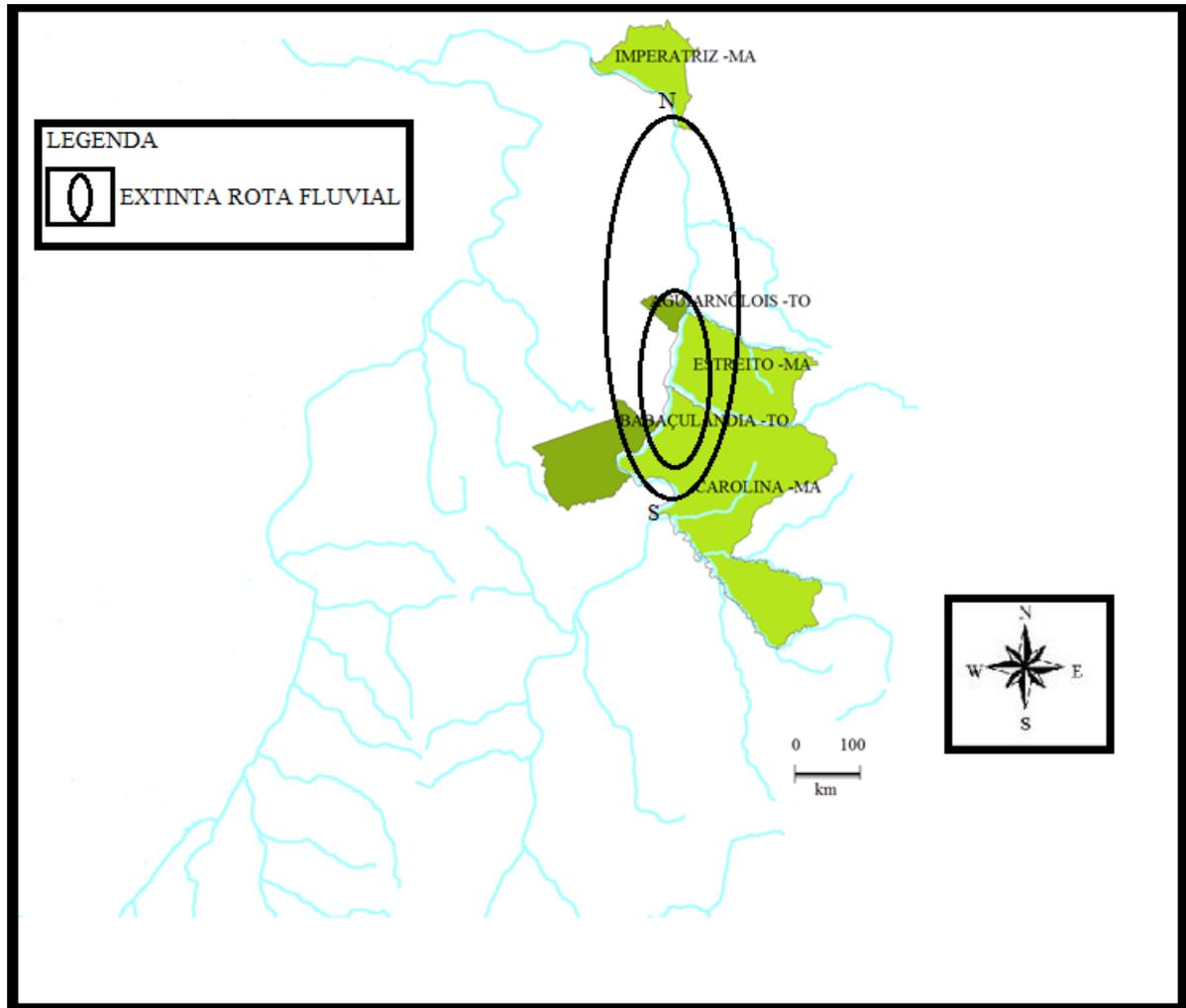
Classificação das atividades:

Atividade 1 = Agricultor; Atividade 2 = Comerciante; Atividade 3 = Pescador; Atividade 4 = Barqueiro;
Atividade 5 = Barraqueiro; Atividade 6 = Fazendeiro; Atividade 7 = Vazanteiro; Atividade 8 = Outros.

Uma visão geral das consequências acarretadas após a construção da UHE de Estreito, sobre o bem-estar das famílias (figura 9), mostra um sucinto resumo dos reais prejuízos sociais e econômicos que as principais comunidades, que dependiam do rio Tocantins, tiveram com a conformação do empreendimento. De forma detalhada percebe-se que cada atividade que as famílias realizam nesta região perdeu certa importância, dado que o nível de bem-estar medido neste caso pela renda experimentou uma queda, com exceção dos comerciantes e dos agricultores.

A perda de importância na renda é diferente para cada comunidade analisada, com variações percentuais baixas de 8% e altas de 49%, como é o caso dos barqueiros, razão pela qual o nível de insatisfação pela construção da UHE seja justificado em comentários anteriores. No caso específico dos barqueiros, o que justifica uma ressalva a parte, o que não esgota a possibilidade de novas pesquisas para explicar de maneira mais detalhada tamanhas perdas financeiras ocorridas em detrimento da construção da usina, a insatisfação advém da extinção de suas rotas flúvio-semanais depois da construção do reservatório, como é mostrado na figura a seguir.

Figura 8 - Extinção de antiga hidrovia flúvio-semanal pelo rio Tocantins.



Fonte: Elaboração própria baseada em anotações de caderno de campo, 2012.

As comunidades ribeirinhas residentes nas cidades de Tocantins, Aguiarnópolis e Babaçulândia, e no Maranhão, Imperatriz, Carolina e Estreito, como representadas nessa ilustração, foram drasticamente impactadas comercial e financeiramente pela implantação da usina hidrelétrica de Estreito. Esta rota comercial, que possibilitava o intercâmbio social, econômico e cultural entre os moradores das cidades acima mencionadas, entre outras, ficou totalmente extinta depois da criação do reservatório da usina.

Na acepção de Brandão, barqueiro e morador da Ilha do Cabral, situada entre as cidades de Aguiarnópolis, no Tocantins, e a cidade de Estreito, no Maranhão, um dos pioneiros em navegação pelo rio Tocantins pela hidrovia descrita acima, e com mais de 50

anos transportando pessoas e mercadorias da ilha de São José¹⁴ para as cidades de Carolina e Babaçulândia situadas a montante de onde se construíram UHE de Estreito, o fluxo e refluxo por essas rotas fluviais entre os Estados de Tocantins e Maranhão ocorria praticamente todos os dias da semana, com uma concentração mais acentuada nas quartas-feiras, quando os barqueiros subiam o rio em direção à ilha de São José para, na sexta-feira, descerem pelas vazantes, rio abaixo, apanhando pessoas e mercadorias às margens do rio Tocantins para levá-las para o porto de embarque e desembarque na cidade de Estreito.

Ainda segundo Brandão, as décadas de 1950, 1960, 1970 e 1980 do século passado foram caracterizadas, em nível regional, pela consolidação da rota fluvial: ilha de São José, Carolina, Babaçulândia, Estreito, Aguiarnópolis e, por último, Imperatriz. Considerando a complexidade de mercadorias e pessoas que trafegavam rotineiramente por essa hidrovía, conectando comerciantes, fazendeiros, vazanteiros, pescadores e outros, a dissolução de tal rota fluvial diluiu também ou desestruturou décadas ou um século, no caso da ilha de São José, de sobrevivência às margens ou no meio do rio Tocantins antes da construção do empreendimento hidroenergético de Estreito.

Segundo o Relatório de Impacto Ambiental de Estreito (2002, p. 79): “Tendo perdido a acessibilidade linear da via fluvial, a ligação entre as cidades ribeirinhas, hoje, é frágil e até mesmo inexistente”. Na concepção de Chaves (2009, p. 114), “[...] esse impacto no espaço de relações dessas comunidades traz à tona uma série de conflitos que acabam culminando num processo de luta pela própria sobrevivência e conseqüentemente pela sua existência enquanto comunidade tradicional”.

Os rios, do mais simples ao mais complexo, de uso uno ou múltiplo, foram ganhando significado próprio para as mais diferentes comunidades que passaram a depender direto ou indiretamente das benfeitorias naturais que tais rios poderiam lhes proporcionar. Suas visões, em relação ao significado que tais rios representam para si divergem qualitativamente e quantitativamente da concepção que os grandes empreendedores do ramo energético brasileiro e internacionais têm quanto ao seu uso e importância. Para Benincá (2011, p. 27):

Enquanto as empresas visam ao território (o rio) com interesses econômicos, as comunidades residentes veem nele um espaço de sustentabilidade e sobrevivência. Mantém com o lugar uma profunda identificação, adotando-o como ambiente de vida e convivência.

¹⁴ A ilha de São José não aparece na ilustração como um dos centros difusores de pessoas e mercadorias para as cidades de Carolina, Estreito e Imperatriz porque segundo Brandão a usina hidrelétrica de Estreito submergiu totalmente a referida ilha que até então pertencia à cidade de Babaçulândia, Tocantins.

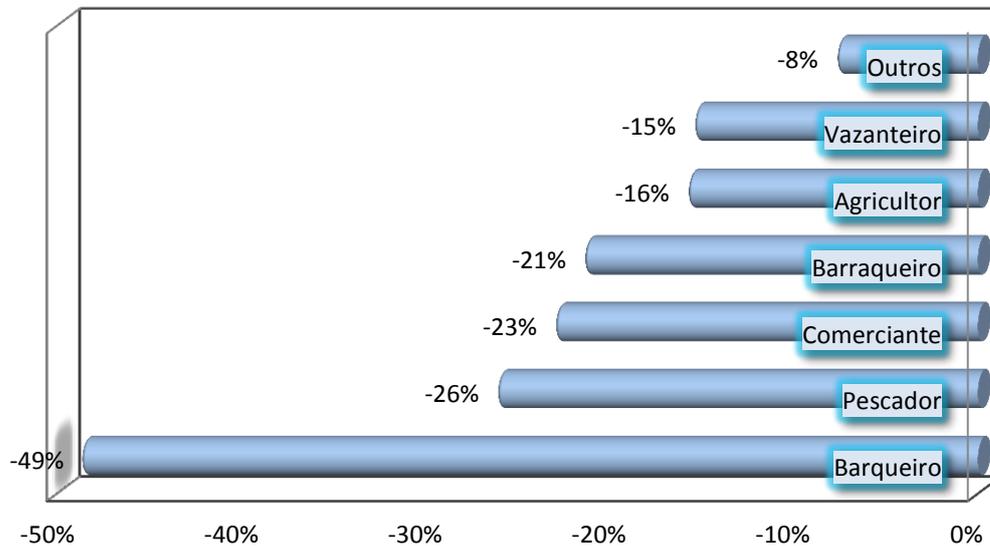
A importância do rio Tocantins, como meio de integração das regiões Norte e Nordeste do país e de sua parte mais central, em Goiás, data mais ou menos do século XVIII, época das descobertas das minas auríferas. Segundo Lira (2011, p. 125): “A hidrovía do Tocantins sustentava a sobrevivência da região, através do comércio, embora sazonal, mas mantido entre as cidades do alto Tocantins e os Estados do Maranhão e Pará, através dos portos de Imperatriz (MA) e Belém (PA)”.

A navegação pelo rio Tocantins possibilitou o desenvolvimento social, econômico e cultural de inúmeras comunidades ribeirinhas, que foram se estabelecendo de maneira sustentável ao longo de suas margens. Assim, “O rio Tocantins foi a principal via de transporte comercial de cargas, ao longo dos últimos séculos, na região” (GOMES, 2007, P.19).

Com a implantação do empreendimento hidrelétrico de Estreito, entre os estados de Tocantins e Maranhão, milhares de famílias sofreram os impactos de suas obras. Para Chaves (2009), não há um consenso entre o Consórcio Estreito Energia (CESTE), empresa responsável pela construção da usina, a qual contabiliza os atingidos em torno de 2.167 famílias, e o Movimento dos atingidos por barragens (MAB), que apresenta o número de 5000 famílias que tiveram seus modos de sobrevivências comprometidos com a implantação da UHE de Estreito.

Outras culturas como a pesca, o comércio e a agricultura mostram-se expressivas neste contexto. É importante mencionar que os valores percentuais representados na figura 8 a seguir correspondem às médias obtidas segundo valores em reais da renda familiar de cada uma das comunidades, existindo variações e situações diversas em cada família que compõem um grupo. Por exemplo, na atividade de comércio, a análise exigiu um esforço para se entender as consequências positivas em dois momentos distintos: (i) antes da construção da usina; (ii) depois de inaugurada a primeira turbina, momento em que a operacionalização do empreendimento já não demandava tantos trabalhadores. Baseado nesse pressuposto, observou-se certa diminuição do poder aquisitivo de alguns comerciantes, em todo o conjunto, existindo algumas famílias que experimentaram melhorias. Este fato também pode ser notado na prática de outras atividades, mas de forma geral as variações positivas não são determinantes.

Figura 9 - Variação percentual da renda familiar após a construção da UHE de Estreito, segundo o tipo de atividade de subsistência.



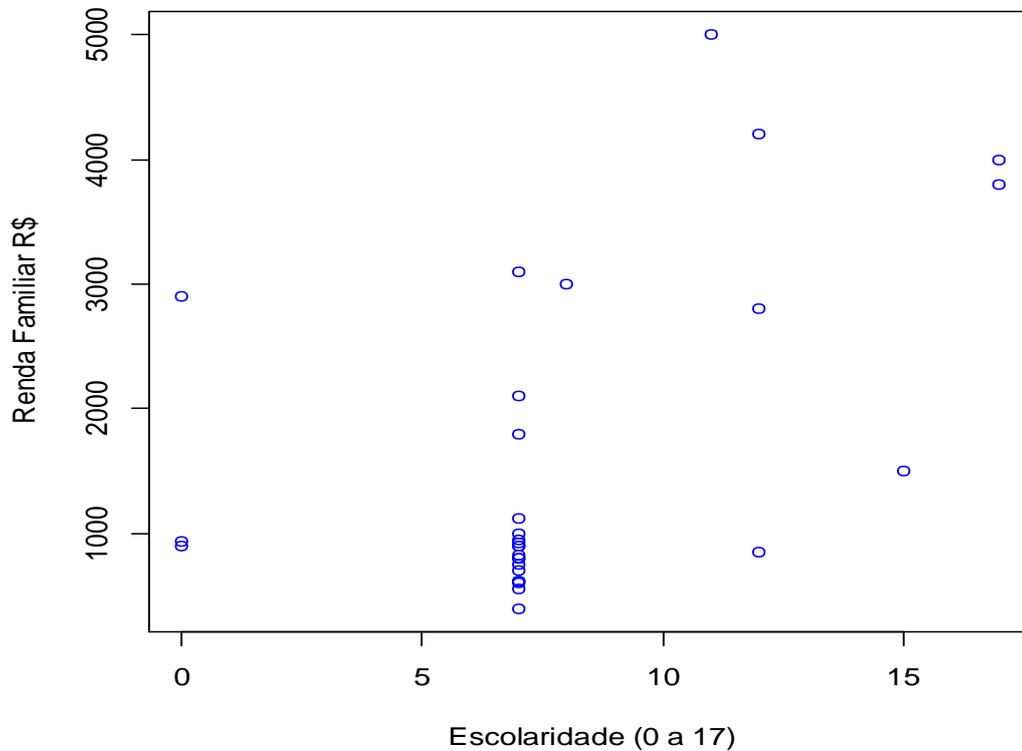
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Na figura 10 uma relação do nível de escolaridade com a renda dos indivíduos, mostrando que em alguns casos não existe uma relação explícita entre o alto nível educacional e o alto nível de renda, pode ser conferida. Esse fato era esperado nesta pesquisa, mas não se confirmou, porque em regiões pouco desenvolvidas, como esta onde foi construída a usina hidrelétrica de Estreito, no sul do Estado do Maranhão, na divisa com o extremo norte do Estado do Tocantins, o alto nível educacional não foi um pressuposto vantajoso para propor a hipótese de um alto nível de renda.

Observa-se que a maior concentração de renda está em torno de R\$ 1.000, nível associado às pessoas com maior escolaridade (ensino fundamental incompleto), mas, por sua vez, existem pessoas com a mesma renda ou superior, em alguns casos, mas com nível educacional zero (sem estudo ou instrução), corroborando com a premissa comentada anteriormente.

Por sua vez, em contrapartida, existem indivíduos com alto nível educacional e alto nível de renda, o que mostra, de forma específica, que o nível de instrução tem relação com a renda, mas que neste estudo de caso a relevância deste grupo é pouca e dispersa.

Figura 10 - Relação da renda familiar e nível de escolaridade dos impactados.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

3.8 As comunidades atingidas pela hidrelétrica de Estreito e o processo indenizatório

Surgindo na década de 1970 como uma resposta direta à política desenvolvimentista do governo brasileiro, que na atual conjuntura político-econômica havia optado pela construção de grandes usinas hidrelétricas, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) nasce constituído por um núcleo heterogêneo de comunidades formadas por pescadores, extrativistas, barraqueiros, barqueiros, vazanteiros, agricultores, posseiros, entre outros grupos sociais que foram atingidos físico, social e economicamente pela implantação das primeiras obras hidráulicas de envergaduras como as usinas de Itaipu e Tucuruí, ambas construídas em fins dos anos 1970 e meados dos anos 1980 do século passado, como bem menciona, entre outros, Chaves (2009) e Foschiera (2010).

Um dos grandes desafios a ser superado na sociedade contemporânea quando se trata de comunidades atingidas por obras hidráulicas diz respeito a uma não definição clara e objetiva de quantos e quais grupos sociais ribeirinhos são de fato atingidos pelas hidrelétricas e sujeitos a uma provável indenização financeira por perdas materiais provenientes da formação dos reservatórios. Assim, conforme Câmara (2013, p. 3-4):

Historicamente, o conceito de atingido se modificou nas últimas décadas e ganhou *status* de direito humano a partir do reconhecimento e da legitimação de garantias desses indivíduos, dos grupos sociais e das comunidades, ao longo da trajetória das lutas, intensificadas a partir da década de 1990 com a criação do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB). Todavia, o capital ainda adota definições que restringem a dimensão de conquistas desses atores por meio da compensação estritamente econômica que, de início, entendia atingido como proprietário.

A discussão no momento, entre o Estado, as empresas responsáveis pelas obras e o MAB, está centrada em pontos divergentes no que concerne à conceituação de quem são esses sujeitos, quantos são e qual o valor da indenização a ser paga para cada comunidade que foi identificada nos espaços socioterritoriais sujeitos à submersão por causa da implantação da usina. No caso da hidrelétrica de Estreito, no que diz respeito ao processo indenizatório, observou-se que o critério adotado pela empresa ganhadora da licitação, o Consórcio Estreito Energia (CESTE), foi o viés território-patrimonialista, política historicamente adotada pelas empresas construtoras de grandes hidrelétricas em que a contribuição do Estado, nesse processo, consagra-se em um tipo de abstenção dando total liberdade para as construtoras negociarem diretamente com as comunidades atingidas pela hidrelétrica.

Na luta pelo reconhecimento de suas compensações por danos materiais, os atingidos pela UHE de Estreito, entre os meses de julho e agosto de 2010 realizaram uma grande marcha de aproximadamente 100 km, saindo da cidade de Araguaína, no Estado do Tocantins, com destino à cidade de Estreito, no Estado do Maranhão, onde, em frente à usina hidrelétrica, eles tinham montado um acampamento há mais de um ano.

Assim, para Santos, vazanteira e pescadora há mais de 25 anos na cidade de Estreito, e integrante da marcha pró-reconhecimento das indenizações das comunidades que foram atingidas pela usina hidrelétrica:

Nós era uns 400 ribeirinhos quando saímos da cidade de Araguaína em direção ao nosso alojamento em frente a usina, a marcha caminhava entre cinco horas e onze horas da manhã por causa do intenso calor. Quando nós chegamos em frente da barragem, o movimento havia se fortalecido e já se contava mais ou menos umas duas mil pessoas entre pescador, fazendeiro, vazanteiro, barraqueiro, barqueiro, agricultor, todos atingidos pela usina e até aquele momento não tinha recebido nenhuma indenização da barragem¹⁵.

Na concepção de Benincá (2011), no que se refere às compensações recebidas pelas comunidades cujo meio de sobrevivência está incluído na cota inundável, as mesmas podem ser classificadas basicamente em três tipos diferentes:

¹⁵ Anotação de relato oral feita no caderno de campo em 13 de novembro de 2012.

- (a) indenização território-patrimonialista, em que são considerados atingidos apenas os proprietários das terras inundadas;
- (b) indenização hídrica, inclui apenas o conjunto da população desalojada pela barragem;
- (c) indenização físico-econômica, na qual considera-se como merecedor de uma compensação por perdas materiais todas as comunidades, proprietários e não proprietários de terras, mas que, em função da construção de usinas hidrelétricas, tiveram suas atividades econômicas comprometidas com a conformação dos reservatórios hidrelétricos.

Conforme argumentam Silva e Silva (2011, p. 3):

Antes de qualquer coisa, o atingido é aquele que de alguma forma sente os efeitos da construção e operação de uma usina hidrelétrica, podendo ou não ser deslocado compulsoriamente para áreas diferentes àquela que ocupava. Ou, então, deslocados para áreas distantes geograficamente do espaço em que habitavam.

Ao analisarmos os processos indenizatórios das comunidades atingidas pela UHE de Estreito, no Médio Tocantins, observamos que a empresa responsável pela execução do projeto, o Consórcio Estreito Energia, seguiu a lógica da indenização território-patrimonialista, que levou em consideração dois princípios básicos na hora da compensação financeira: (a) o tamanho das propriedades e (b) as benfeitorias inventariadas pelo corpo técnico da empresa, como demonstra o quadro a seguir.

Quadro 4 - Descrição segundo o tamanho das propriedades dos atingidos pela UHE de Estreito e sua respectiva indenização.

PROPRIETÁRIOS	HECTARES	INDENIZAÇÃO
Francisco José de Araújo	13	R\$ 142.000
Humberto Santana de Brito	65	R\$ 75.000
Pedro Vanderlei de Souza	7	R\$ 45.770
Cleomar Vanderley Chaves	4.5	R\$ 45.000
Antônio Raimundo R. da Silva	10	R\$ 42.000
José Dias de Souza	6	R\$ 30.000

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

O fato de um agricultor com menor terra ter recebido uma compensação financeira superior a outro que tinha uma maior propriedade, justifica-se através da ocorrência das benfeitorias que tais propriedades possuíam; outro ponto que complementa esta discussão é o fato, em alguns casos observados, de um pequeno produtor ter um ou dois filhos com casas próprias morando em sua propriedade. Neste último caso, só o pai-proprietário recebeu uma indenização em dinheiro, restando para os filhos outro tipo de indenização, ou seja, uma terra entre 6 a 10 hectares, só que não mais nas margens do rio Tocantins, e um Cartão Vale Compra cujo valor variou de R\$ 120,00 a R\$180,00 com validade de um ano.

Também fizeram parte das comunidades indenizadas pelo Consórcio Estreito Energia, cerca de 98% dos barqueiros filiados diretamente à Associação dos Barqueiros de Estreito do Maranhão (ABEMA), fundada em 1995. Em contrapartida, ficaram fora desse processo os pescadores, os barraqueiros, os vazanteiros, ou seja, comunidades que, mesmo tendo vínculo direto com o rio Tocantins, e sofrendo diretamente os impactos produzidos pela usina, do lado maranhense ou tocantinense, ficaram fora do processo compensatório por não serem considerados proprietários e nem terem títulos de posse de alguma terra.

Além dos prejuízos econômicos, culturais, sociais e ambientais que a implantação da usina de Estreito ocasionou às inúmeras comunidades ribeirinhas analisada nesta pesquisa, outro agravante que se observou quando do trabalho de campo diz respeito a um total de dez famílias que eram pescadores e vazanteiros ao mesmo tempo, não indenizadas pelo CESTE, por não serem proprietários de suas vazantes, mas que, depois da conformação do lago da represa, suas casas ficaram em áreas de risco constante. Ou seja, com o represamento do rio, suas humildes residências construídas de adobe e palha de coco babaçu (Anexo G) passaram a distar somente uns 200 metros da borda do lago, e mais ou menos um quilômetro de distância a jusante de onde se construíram a barragem.

Para a vazanteira e pescadora Bezerra:

Antes da barragem, nossas casa ficavam uns 700 metros da margem do rio Tocantins, depois da usina a distância caiu para uns 200 metros, estamos sujeitos à inundação caso uma das comportas da hidrelétrica venha a romper, mesmo nessas condições, os Técnicos da represa responsáveis pelas indenizações dizem que não vamos receber compensação financeira porque o lugar onde moramos pertence ao governo federal (margem do rio Tocantins), e o local onde cultivávamos nossas roça pertence aos fazendeiros que já receberam indenização¹⁶.

O grau de impacto e conseqüentemente a indenização recebida pelas comunidades atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Eletricidade/UHE de Estreito, Maranhão,

¹⁶ Anotação de relato oral feita no caderno de campo em 07 de novembro de 2012.

foi determinado de acordo com a relação de proprietário-dependente que as comunidades de agricultor, pescador, barraqueiro, vazanteiro, barqueiro e outros mantinham com o rio Tocantins. O que as interpretações dos dados de campo revelaram a respeito do processo sociopolítico das indenizações materiais dessas comunidades foi que, no geral, mais de 60% delas tinham contato de extrema interdependência com o rio, retirando dele e de seus períodos de cheia/vazão o seu principal sustento, e depois da conformação do reservatório não conseguem fazer a mesma coisa.

Assim, em carta de Moção de Pesar dirigida ao gerente de Relações Institucionais do Consórcio Estreito Energia, Isac Braz Cunha, Maria de Fátima Silva expressa sua indignação e dos demais barraqueiros atingidos pela usina:

Somos seres humanos, humildes, porém não somos bobos e lutaremos pelos nossos direitos até o último dia de nossas vidas. Pois, percebemos que não terá nenhuma condição de realizarmos as temporadas de praias, como fazemos há mais de 20 anos. Não trabalhamos com barraca móvel, para todo dia que o rio encher, subirmos juntos com ele. Nem tão pouco, a população irá nadar em um rio com águas violentas e contaminadas pelas inúmeras toneladas de peixes mortos. Também lutaremos contra a degradação da natureza nas margens do rio.¹⁷

No depoimento de Maria de Fátima Silva, fica claro sua indignação e dos demais barraqueiros que representa em relação ao impacto social e econômico que a construção da usina produziu aos barraqueiros dependentes do período de vazão do rio Tocantins, geralmente de junho a agosto, quando as praias são liberadas para os barraqueiros armarem suas barracas e movimentarem suas economias.

As atividades econômicas desenvolvidas pelos barraqueiros das cidades de Estreito e Aguiarnópolis, Maranhão e Tocantins, respectivamente, eram realizadas todos os anos nas praias do pé da ponte Juscelino Kubitschek e da ilha do Cabral (Anexo D). Quanto à contaminação das praias da qual Silva faz menção em sua carta de Moção de Pesar, este fato ocorreu, segundo os pescadores da Colônia Z-35 da cidade de Estreito, logo após a inauguração da primeira turbina da usina hidrelétrica em 2010. Conforme argumenta Costa,

Com o acionamento da turbina da barragem, milhares de peixes apareceram morto, peixes que fazia parte da alimentação dos pescador e agora estar morto por causa da construção dessa hidrelétrica que vai trazer riqueza só para os que já é rico. Para nós pescador estar ficando muitos prejuízo que ninguém vai nos pagar. Para o CESTE,

¹⁷ Através desta carta de Moção de Pesar, a barraqueira Maria de Fátima Silva, Presidenta dos barraqueiros atingidos pela UHE de Estreito, demonstra que o barraqueiro tem uma identidade social e econômica construída ao longo de mais de 20 anos às margens do rio Tocantins, nas praias do pé da ponte JK e na ilha do Cabral. Documento cedido por Maria de Fátima Silva em 09 de novembro de 2012.

nós não têm direito à indenização por perdas econômica porque o rio Tocantins não vai secar¹⁸.

Para João Pereira da Costa, pescador há mais de 30 anos, e filiado à Colônia Z-35 de Estreito, a inauguração desta turbina levou à morte de milhares de peixes (Anexo E), que constituíam a principal fonte de renda dos pescadores e sua principal dieta alimentar. Para Vainer (2011, p. 3), “a quantidade de peixes mortos chega a 20 toneladas, e a situação está deixando a população de Estreito e dos municípios atingidos pelo empreendimento apavorados”.

Na concepção de outro pescador, Osmar Rodrigues dos Santos, filiado à colônia de pescadores de Estreito, e com mais de 28 anos de pescaria no rio Tocantins:

O ciclo reprodutivo natural dos peixes ficou desequilibrado em razão da própria construção da usina e, também, pelo fato do Consórcio Estreito Energia não ter feito ainda a escada de peixe, isso faz os peixes que estão do lado de cima da barragem ficarem lá e os que estão do lado de baixo só ficam em baixo, não subindo¹⁹.

Segundo Osmar Rodrigues dos Santos, atrelado à pesca profissional e de subsistência, os pescadores também desenvolviam suas vazantes²⁰ (Anexo C) em conjunto com a atividade pesqueira, que possibilitava a subsistência dos pescadores. Para estes, não houve indenização nem pela atividade de pesca, principal atividade econômica, nem pelas plantações, atividades secundárias que realizavam nas margens do rio Tocantins, o que corrobora também com os níveis de insatisfação desta comunidade, como temos procurado demonstrar por meio das figuras e tabelas desta pesquisa.

Avaliando a heterogeneidade das comunidades pesquisadas, foi possível perceber que, com exceção dos comerciantes, cujo ganho monetário é controlado pela força do mercado regido pela lei da oferta e da procura, 58% de todas as demais comunidades analisadas, na busca por suas compensações, haviam colocado suas causas nas mãos de um advogado. Desses, 94% preferiram levar suas reclamações para um único advogado; outros já haviam levado suas causas para mais de um, alegando que o primeiro havia sido comprado pelo Consórcio Estreito Energia.

Na verdade, a construção da UHE de Estreito, ao se territorializar nesta região do Médio Tocantins, visando unicamente à exploração da bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia,

¹⁸ Anotação de relato oral feita no caderno de campo em 5 de novembro de 2012.

¹⁹ Anotação de relato oral feita no caderno de campo em 22 de novembro de 2012.

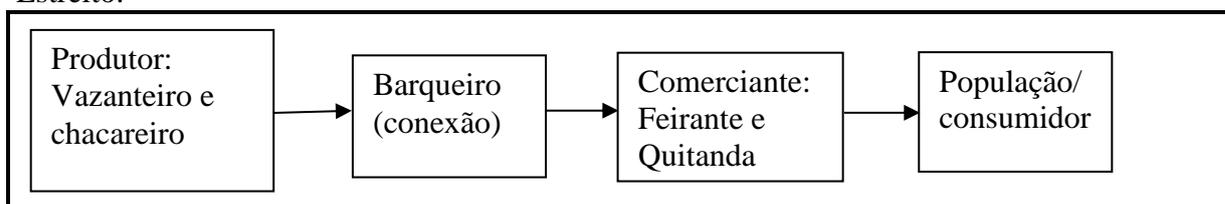
²⁰ Na maioria das vezes, o pescador-vazanteiro não era proprietário das terras que margeavam o rio Tocantins, embora recebesse autorização do proprietário portador do título fundiário para plantar suas lavouras e construir sua casa de palha.

na geração da hidroeletricidade, terminou por comprometer uma emaranhada rede socioeconômica mantida há décadas por várias comunidades atingidas pela construção dessa usina. De acordo com o depoimento do feirante Joaquim Lima Rocha,

A barragem acabou com a subsistência de Estreito, pois muitas pessoas dependiam do rio Tocantins para sobreviver. Nós feirantes comprava nosso produto dos agricultores e vazanteiros que produziam na parte de cima da barragem onde hoje não existe mais. Agora nós temos que trazer alguns produtos de algumas cidades do interior do Maranhão e do Tocantins, o que chega muito caro para nós²¹

Para este feirante da cidade de Estreito, a construção da usina trouxe enormes prejuízos econômicos, pois praticamente quase todos os produtos comercializados no mercado municipal provinham de plantações ou criações cultivadas nas margens do rio Tocantins, isso permitia um tipo de rede socioeconômica entre os que produziam, transportavam, comercializavam e consumiam local-regionalmente, conforme demonstrado a seguir.

Figura 11 - Circulação da economia local-regional antes da construção da usina hidrelétrica de Estreito.



Fonte: Elaboração própria baseada em anotação de campo, em 2012.

A presente investigação demonstra que somente duas das seis comunidades analisadas nesta pesquisa receberam indenização em virtude dos impactos socioeconômicos que tiveram por causa da implantação da usina hidrelétrica de Estreito. Neste caso, por mais particularizado que tenha sido o processo indenizatório, não se pode falar a mesma coisa dos inúmeros prejuízos não só sociais e econômicos, mas também culturais, territoriais e ambientais que as comunidades constituídas por pescadores, barqueiros, barraqueiros, pequenos comerciantes e vazanteiros, analisadas nesta pesquisa, sofreram em função da territorialização de tal projeto de engenharia.

²¹ Anotação de relato oral feita no caderno de campo em 15 de novembro 2012.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou contribuir com os debates que giram em torno das comunidades ribeirinhas atingidas pela usina hidrelétrica de Estreito, no Estado do Maranhão, com foco nos impactos socioeconômicos e no processo sociopolítico das compensações que tais comunidades receberam ou não em função das perdas materiais e imateriais que tiveram advindas da territorialização desse empreendimento de envergadura.

A principal polêmica que gira em torno dos debates envolvendo comunidades atingidas pela conformação dos reservatórios das usinas hidrelétricas, diz respeito às grandes dificuldades encontradas por parte das empresas construtoras de tais empreendimentos em não saber conceituar adequadamente quem são as comunidades afetadas pelas construções das hidrelétricas e/ou uma vez conceituadas, qual seria o tipo de indenização a ser paga.

No caso da hidrelétrica de Estreito, foco desta pesquisa, desde a elaboração do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), concluído em 2002, já se observava uma série de problemas relacionados às áreas sujeitas à inundação, e, conseqüentemente, a uma possível indenização. Ou seja, num primeiro momento, a cota estipulada pelo estudo foi de 158m, o que excluía, de uma provável indenização, alguns municípios tocantinenses situados abaixo de tal cota. Posteriormente, esta cota foi alterada e mantida em 156m, o que reduziu 10,8% da área que seria submergida, o que “[...] equivaleu a um corte na capacidade de geração de aproximadamente 70 km² ficando a usina estimada de 1.050 MW” (RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL, 2002, p.9).

Durante a realização da pesquisa de campo deste trabalho e da análise e interpretação dos dados, notou-se que a hipótese outrora formulada, baseada nos capitais sociais, econômicos, políticos e culturais defendidos por Bourdieu (2000) como fatores determinantes da posição de um indivíduo na sociedade, foi parcialmente confirmada neste estudo de caso. As razões que justificam isso se concentram no fato das comunidades atingidas pela usina de Estreito estarem concentradas numa região onde o capital cultural (educacional) não se configurou como um elemento preponderante, pois, em geral, a média dos impactados reteve-se em torno de 7.9 anos de estudos, o que os colocam numa posição de ensino fundamental incompleto, teoricamente, de baixo capital cultural.

Outro elemento que coloca as comunidades analisadas nesta pesquisa em desvantagens, em termos relacionais aos outros setores da sociedade, é o baixo grau de envolvimento delas com a política partidária, visto que, dos 30 impactados analisados neste estudo, pouco mais de 16% fazem parte de algum partido político, e nenhum deles nunca se

candidataram a um cargo eletivo. Este capital, o político, no caso desta região analisada, se confirmou parcialmente em virtude dessas comunidades estarem envolvidas em movimentos sociais de base reivindicatória, o que mostra em termos práticos que de alguma forma elas têm noção de que o capital político é crucial para a concretização de seus ideais enquanto atores sociais e políticos organizados em torno de objetivos comuns.

Ao pautar sua política indenizatória numa concepção território-patrimonialista, política esta que faz parte da realidade brasileira desde a construção das primeiras grandes hidrelétricas, o que, como já comentado, nos remete aos anos de 1970/80 do século passado, as empresas construtoras excluem, por classificação, os não proprietário e uma série de outras comunidades que haviam estruturado seus modos de vida nas margens dos grandes rios como o Tocantins, entre outros.

Na concepção de Benincá (2011, p. 45), quando uma hidrelétrica finca suas bases exploratórias para a geração de energia, todo o entorno socioambiental tende a se desestruturar por causa disso: “[...] seja a professora da escola que em virtude da obra perdeu seu emprego, seja o leiteiro que produzia seu leite na região alagada e agora também não tem mais seu emprego”, enfim, são indivíduos que, mesmo fazendo parte do território que será submergido pelo lago da usina, não são indenizados pelas perdas materiais que tiveram.

Praticamente todos os capitais, políticos, sociais, culturais e econômicos aludidos nesta pesquisa, defendidos por Bourdieu (2000) como os elementos que definem a posição dos indivíduos nos contextos onde estão imersos, influenciaram nas lutas reivindicatórias por indenização travada entre as comunidades ribeirinhas e o CESTE, obviamente que o peso que cada um exerceu neste contexto específico se apresentou de maneira diferenciada. No entanto, somente o capital econômico e parcialmente o político se confirmaram como elementos determinantes da compensação recebida pelas comunidades atingidas pela usina hidrelétrica de Estreito. Tão somente os agricultores portadores de título fundiário, e em menor proporção os barqueiros que se encontravam regularmente filiados à Associação dos Barqueiros de Estreito do estado do Maranhão (ABEMA), receberam uma indenização por perdas econômicas.

O que se percebeu ao longo dessa investigação é que, com exceção dos agricultores e na sua quase totalidade dos barqueiros, as demais comunidades ribeirinhas estão lutando e relutando junto aos meios legais estabelecidos buscando sensibilizar as autoridades competentes acerca do reconhecimento dos seus direitos materiais que foram comprometidos total e/ou parcialmente em função da construção da usina hidrelétrica de Estreito, cujas

dimensões dos reais impactos gerados as populações que dependiam do rio Tocantins, até o momento de realização desta pesquisa, entre 2011 e 2012, não havia sido resolvido.

Para reverter esta realidade e as inúmeras injustiças que já foram cometidas a milhares de comunidades atingidas pelas obras de construção de usinas hidrelétricas, o Estado, na condição de sujeito intermediário entre as classes sociais, deveria estar presente na hora do processo sociopolítico das compensações, considerando que, até o momento, quem dita o tipo de impacto e a indenização a ser paga são as construtoras dos empreendimentos.

Desse modo, as empresas construtoras das usinas hidrelétricas deveriam incluir, de maneira proporcional aos impactos que as comunidades ribeirinhas venham sofrer, as benfeitorias que possuem, e o vínculo estabelecido com o rio que será impactado, uma indenização que incluía, entre os grupos atingidos e merecedor de uma compensação, não somente os proprietários de terras, mas, de maneira geral, todas as comunidades que físico-social-econômico e cultural sofrem com os impactos produzidos pelos empreendimentos hidroenergéticos de envergadura.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. *Revista de Sociologia da USP*, v. 16, nº 2, 2004.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. Disponível em: <www.ana.gov.br>. Acesso em: 22 maio 2013.
- ALMEIDA, G.R. Terras indígenas e o licenciamento ambiental da usina hidrelétrica de Estreito: análise etnográfica de um conflito socioambiental. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, 2007. p. 122.
- BENINCÁ, D. Energia e cidadania: a luta dos atingidos por barragem. São Paulo: Cortez, 2011.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BRANCO, S. M. 1930: O desafio amazônico. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2004.
- CÂMARA, A. A. F. A desterritorialização dos atingidos por barragens: estudo de caso do aproveitamento hidrelétrico Simplício e os danos socioambientais (RJ/MG). In: XXIX SEMINÁRIO NACIONAL DE GRANDES BARRAGENS. Porto de Galinhas- PE, 2013.
- CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930- 1970. São Paulo: Global; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1985.
- CASTRO, B.L. Critérios socioambientais de reposição de perdas e realocização para atingidos por barragens: um estudo sobre o povoado de Palmatuba/TO. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, 2009. 145p.
- CHAVES, P. R. As Relações sócio-territoriais na construção da usina hidrelétrica de Estreito e a reprodução do espaço urbano nas cidades de Carolina-MA e Filadélfia-TO. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins, UFT/ Palmas- TO, 2009. 198 p.
- COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. A tomada de barragens e desenvolvimento: um novo modelo para a tomada de decisões. Relatório da Comissão Mundial de Barragens. Nov. 2000. Disponível em: <www.dams.org>.
- DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo. Pesquisa qualitativa de trabalho de campo-pesquisa etnográfica – metodologia de pesquisa. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Cadernos de pesquisa, n. 115, março/2002. p. 139-154.
- FOSCHIERA, A. A. Atingidos pela usina hidrelétrica de Barra Grande. Centro de Estudos de Política da América Latina. In. IV SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA. Londrina-PR, setembro, 2010.

GOMES, K. D. Caracterização sócio-econômica e percepção dos pescadores do rio Tocantins imediatamente a jusante da barragem da UHE Lajeado. Palmas, 2007.

GONÇALVES, C, W. P. Os(des)caminhos do meio ambiente. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. FÓRUM DE SOCIOLOGIA ECONÔMICA. 2007. Disponível em: <www.rae.com.br/eletrônica>. Acesso em: 20 jan. 2012.

GUJARATI, D. N. Econometria Básica. 3 ed. Rio de Janeiro: Elvise/Campus, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Bacias Hidrográficas. Disponível em: <www.bacia.hidrografia.ibge.gov.br>. 2000. Acesso em: 12 maio 2013.

I

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico, 2010. Disponível em: <www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 maio 2013.

LAMONTAGNE, A. Os impactos do processo de licenciamento ambiental: análise da administração estatal do conflito socioambiental, interétnico e multicultural da usina hidrelétrica de Estreito. Dissertação (Mestrado em Estudos Comparados sobre as Américas) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, Universidade de Brasília, 2010. p. 148.

LIRA, Elizeu Ribeiro. A gênese de Palmas-Tocantins: A geopolítica de (re) organização territorial na Amazônia Legal. Goiânia: Ed. Kelps, 2011.

MAB. Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens. Disponível em: <www.mabnacional.org.br>. Acesso em: 23 maio 2012.

MATIELLO, C. Práticas e representações da ditadura militar na propaganda da Itaipu binacional. In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Londrina, 2005.

MELO N.L; CHAVES, P.R. A construção da usina hidrelétrica de Estreito e o processo de territorialização do Movimento de Atingidos por Barragens. MG. In: XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. Uberlândia – MG, 2012.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Orçamento e Gestão, 2010. Disponível em: <www.Planejamento.gov.br>. Acesso em: 04 maio 2013.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Ação Civil Pública, 2011. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/>>. Acesso em: 2 maio 2013.

MITCHELL, R. C; CARSON, R. T. Using Surveys to Value Public Goods: The contingent valuation method. Resources for the future. Washington. D.C, 1989.

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA). Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da Usina Hidrelétrica Estreito, situada no trecho médio do rio Tocantins, Maranhão, CNEC, 2002. 83p.

REPÓRTER BRASIL. Agência de Notícias, comunicação, pesquisa e jornalismo. Direitos trabalhistas e danos socioambientais. Disponível em: <www.repórter brasil.org.br>. Acesso em: 02 mar. 2013.

REPÓRTER BRASIL. Agência de Notícias, comunicação, pesquisa e jornalismo. Instalação e operacionalização da usina de Estreito (2007). Disponível em: <www.repórter brasil.org.br>. Acesso em: 02 mar. 2013.

RIDENTI, M. Política pra quê? São Paulo: Atual, 1992. (Série história viva).

SCARLATO, F. C; PONTIN, J. A.O Ambiente Urbano. São Paulo: Atual, 1999.

SEVÁ FILHO, O. Estranhas catedrais. Notas sobre o capital hidrelétrico, a natureza e a sociedade. In: Revista Ciência e Cultura. SBPC, jul./set., 2008.

SIEBEN, A. Estado e política energética: a desterritorialização da comunidade rural de Palmatuba (TO) pela usina hidrelétrica de Estreito. Tese (doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, 2012. 204 p.

SILVA, S.G. R; SILVA, P.V. Os atingidos por barragens: reflexões e discussões teóricas e os atingidos do assentamento Olhos D' Água em Uberlândia-MG. Revista Sociedade e Natureza. Ano 23; n.3, p. 397-409, Set/Dez.2011.

SKIDMORE, T. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

THOMPSON, E. P. 1998. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: _____. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das letras. p. 150-202.

VAINER, C. B. População, meio ambiente e conflito social na construção de hidrelétricas. Coletânea momento. In: MARTINS, George (Org.). População, médio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições. 2 ed. Campinas - SP, 1996.

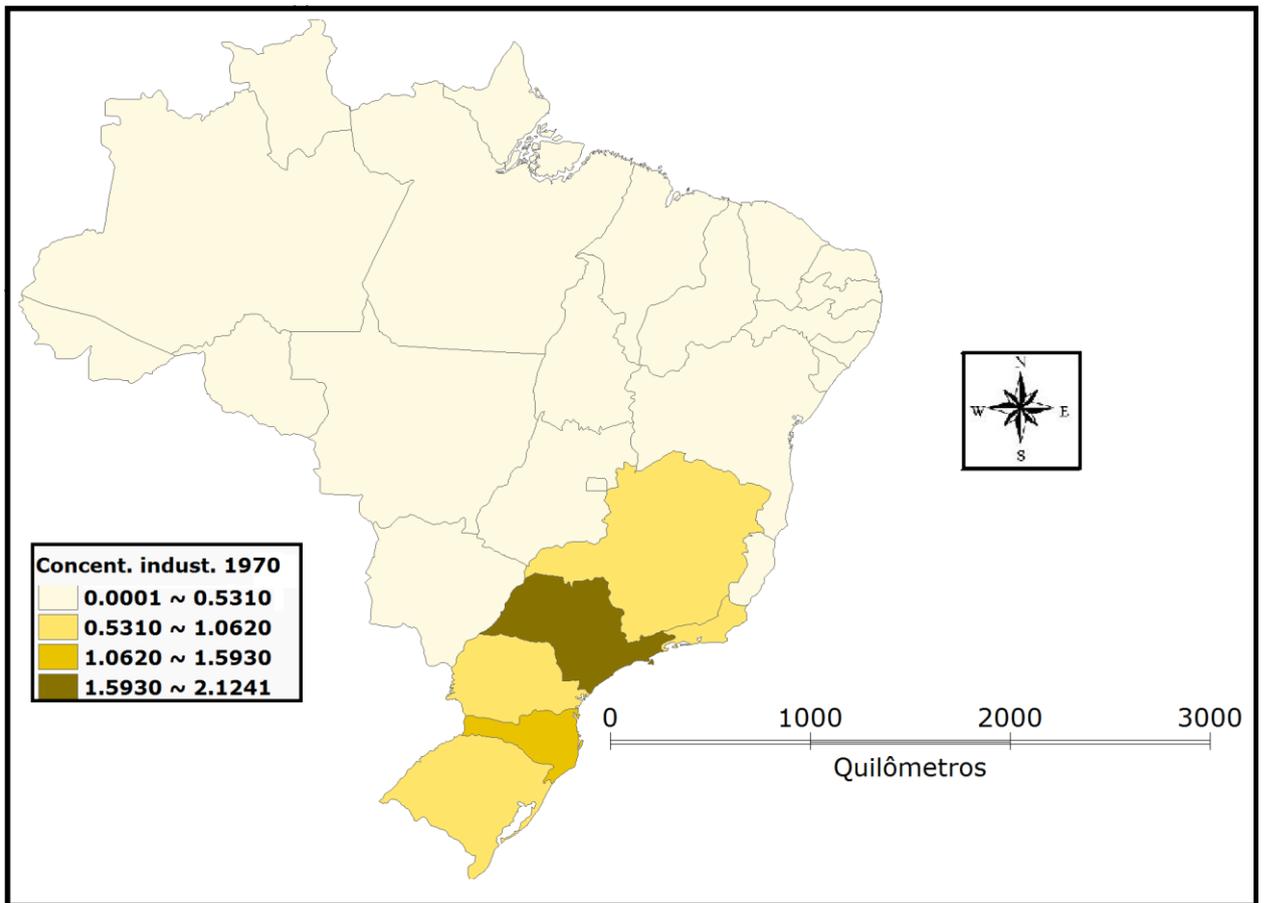
VAINER, C. B. Porque eles estão morrendo? Toneladas de peixes mortos no lago da hidrelétrica do Estreito - MA preocupa a população e ambientalistas. *Jornal Momento do Maranhão*. 7 abr. 2011. p. 3.

WALDMAN, M. Ecologia e Lutas sociais no Brasil.6 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

ZITZKE, V. A. A rede sociotécnica da usina hidrelétrica do Lajeado (TO) e os reassentamentos rurais das famílias atingidas. Tese (doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, abr. 2007.

ANEXOS

ANEXO A – Concentração da atividade industrial brasileira em escala regional Sul-Sudeste-1970



Fonte: Pereira, M. baseado em Cano.

ANEXO B – Principais bacias hidrográficas brasileiras até o ano 2000



Fonte: IBGE -2000

ANEXO C – Realização de atividades primárias nas margens do rio Tocantins antes da construção da barragem de Estreito



Fonte: Pereira, M/ novembro de 2012.



Fonte: Pereira, M/ novembro de 2012.

ANEXO D –Praias do pé da ponte JK e ilha do Cabral, onde os barraqueiros desenvolviam suas atividades econômicas antes da construção da usina



Fonte: Pereira, M/ novembro de 2012.



Fonte: Pereira, M/ julho de 2011.

ANEXO E– Mortandade de peixes no rio Tocantins após a inauguração da primeira turbina



Fonte: Pereira, M/novembro de 2012.



Fonte: Pereira, M/novembro de 2011.

ANEXO F – Produtos comercializados no mercado municipal de Estreito, antes da construção da barragem, cultivados nas margens do rio Tocantins.



Fonte: Pereira, M/novembro de 2012.



Fonte: Pereira, M/ novembro de 2012.

ANEXO G– Casas rústicas dos vazanteiros e pescadores localizadas em áreas de risco nas proximidades da usina de Estreito



Fonte: Pereira, M/novembro de 2012.



Fonte: Pereira, M/novembro de 2012.

ANEXO H – Questionário

QUESTIONÁRIO**Dados pessoais**

Nome: _____

Ano de nascimento: ____/____/____

Local de nascimento: Estado/cidade _____ / _____

Nível de escolaridade

(1)

- não estudou
 1º grau incompleto
 1º grau completo
 2º grau incompleto
 2º grau completo
 Superior

Estado Civil

(2)

- Solteiro
 Casado
 Separado
 Amigado
 Viúvo
 outro

(3) Quantas pessoas moram em sua casa? Quem são essas pessoas?

(4) Qual era/é a ocupação de seu pai?

(5) Qual era/é a escolaridade de seu pai?

(6) Qual era/é a escolaridade de sua mãe?

(7) Que atividade econômica/ocupação desenvolvia e desenvolve antes e após a barragem

(8) Que tipo de benfeitoria (s) você possuía/possui?

(9) As atividades que desenvolvia e desenvolve nas proximidades do rio Tocantins ocorrem em sua própria propriedade? Propriedade arrendada? Alugada? Há quanto tempo?

(10) Seu vínculo com o rio era permanente? Temporário? Qual a principal atividade que desenvolve ou desenvolvia? Há quanto tempo?

(11) Você ou algum parente seu já foi/é filiado a algum partido político? Tem cargo político eletivo? Tem cargo político não eletivo? Qual (is)? Quando?

Processo indenizatório

(12) Com a construção da UHE de Estreito, no médio Tocantins, que tipo de perda você teve em função da construção desse empreendimento?

(13) Recorreu a algum órgão ou representante legal para uma possível compensação por perda material em função da construção da UHE de Estreito?

- () sim.
() não.

Se sim, qual/como?

Se não, por quê?

(14) Recebe algum tipo de ajuda em função das perdas que o senhor disse acima?

(15) Recebe algum tipo de ajuda do governo

- () sim () não

Qual/Como/quando/de quem?

(16) Antes da construção da UHE de Estreito, e considerando a principal atividade econômica que desenvolvia, qual era o rendimento médio da família

(17) Depois da barragem, a renda familiar aumentou ou diminuiu? Quanto consegue ganhar mais ou menos hoje?

Destino da produção

(18) Considerando sua ocupação e a principal atividade econômica que desenvolve ou desenvolvia nas proximidades do rio Tocantins, qual era/é o destino da produção?

Infraestrutura básica antes e após a barragem

(19) Rede elétrica

- | | |
|-----------------|-----------------|
| Antes | após |
| () sim () não | sim () () não |

Água encanada antes

- () rede publica () Poço Artesiano () poço simples () mina () outras

Água encanada após

- () rede publica () Poço Artesiano () poço simples () mina () outras

Tratamento de água utilizado antes

- () filtrada () clorada () nenhum.

Tratamento de água utilizado após

- () filtrada () clorada () nenhum.

Representações sócio-políticas

(20) Fez parte de algum movimento social antes ou após a construção da barragem? Qual? Por quê?

(21) Fez ou faz parte de alguma associação ou cooperativa criada antes? Durante? Ou mesmo após a conclusão da barragem?